Visões Sobre a Economia Colonial: A Contribuição do Negro

Yolanda Viera de Abreu
Carlos Alexandre Aires Barros

Digitized by Google

YOLANDA VIEIRA DE ABREU
CARLOS ALEXANDRE AIRES BARROS

Visões Sobre a Economia Colonial: A Contribuição do Negro[1]

Palmas (TO), Brasil

[1]Texto retirado e modificado da Monografia (TCC) defendida na Universidade Federal do Tocantins, Curso de Ciências Econômicas, "A participação do negro na economia colonial: análise comparativa da visão agroexportadora e a teoria marxista", 2008. Texto com ortografia da nova língua portuguesa e com conteúdo do texto revisado e modificado.

Digitized by Google

Revisão:

Cintia Vieira Muniz e

Renata Vieira Muniz

revisoresusp@hotmail.com

Capa:

Weleks Sousa Guimarães

wsgproducoes@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A162v Abreu, Yolanda Vieira de.
Visões sobre a economia colonial: a contribuição do negro / Yolanda Vieira de Abreu, Carlos Alexandre Aires Barros. - Málaga – Espanha: Eumed.Net, Universidade de Málaga, 2009.
66 p.

Referências adicionais : Espanha/Português.
Meio de divulgação: Meio digital, Home Page: http://www.eumed.net/libros/2009d/623/index.htm
ISBN-13: 978-84-692-8099-7.
Nº Registro: 09/121989 Biblioteca Nacional de Espanha

1. Economia Colonial. 2. Economia Agroexportadora. 3. Economia Brasileira I. Barros, Carlos Alexandre Aires. II. Título.

CDD 330.981

Digitized by Google

A

Erivan Barros

Digitized by Google

AGRADECIMENTOS

À família, aos amigos e aos alunos de
Formação Econômica do Brasil do
Curso de Ciências Econômicas
da Universidade Federal do Tocantins.

Profa. Dra. Yolanda Vieira de Abreu
Carlos Alexandre Aires Barros

Núcleo em interunidades em desenvolvimento
econômico, social e energético –UFT –TO.

Digitized by Google

“Estamos longe do verdadeiro desenvolvimento, que só ocorre quando beneficia toda a sociedade.”

Celso Furtado

Digitized by Google

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o papel do negro no contexto da economia colonial. Estudo realizado por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de informações históricas através de fontes secundárias como livros, revistas especializadas, artigos científicos e outros. A investigação buscou comparar duas visões distintas a respeito da economia colonial, especialmente no que se refere ao papel do negro nesse contexto. A visão agroexportadora apresenta a Colônia apenas como um apêndice da metrópole (Portugal), posto seu papel de fornecer produtos primários e metais preciosos ao mercado europeu; recebendo em contrapartida produtos manufaturados oriundos do velho continente. Por outro lado, apresentam-se estudos da historiografia contemporânea que mostram a outra face da economia colonial. Tais pesquisas revelam que havia evidências de integração endógena e que o negro desempenhou papel relevante nessas atividades mercantis, seja como escravo e/ou principalmente na condição de homem livre – alguns até conseguiram se tornar proprietário de escravos. Procura-se, também, à luz da teoria da mais-valia de Marx, desenvolver o conceito de mais-valia na Colônia a partir da teoria do capital escravista-mercantil. A discussão da importância do negro na economia colonial, sob esses dois pontos de vista, permitiu desmistificar a ideia do negro na condição exclusiva de escravo, revelando que sua participação no mercado local foi uma das principais forças propulsoras para acumulação de capital na Colônia.

Palavras-chave: colônia brasileira, participação do negro, mais-valia; escravidão; economia agroexportadora.

Digitized by Google

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 20
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA..... 22
2.1 Mercantilismo..... 22
2.1.1 Principais ideias mercantilistas..... 22
2.1.2 O mercantilismo e o sistema colonial... 23
2.2 Os clássicos. 25
2.2.1 Os pensadores da Escola Clássica..... 25
2.2.2 Teoria do valor-trabalho. 26
2.2.3 Teoria do comércio internacional..... 28
2.3 Ideias marxistas..... 28
2.3.1 Teoria do valor trabalho e a mais-valia..... 28
2.3.2 Acumulação primitiva de capital..... 31
3 POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL COLONIAL. 35
3.1 Origem e grupos étnicos..... 35
3.2 População e estrutura familiar. 37
4 A EVOLUÇÃO DO NEGRO NA ECONOMIA COLONIAL..... 41
4.1 O negro e a economia agroexportadora. 41
4.1.1 Tráfico negreiro: aquisição de mão de obra escrava. 41
4.1.2 Estrutura da economia agroexportadora da Colônia..... 45
4.1.2.1 Sentido da colonização. 45
4.1.2.2 Economia do açúcar. 48
4.1.2.3 O negro na economia mineira: maior mobilidade social..... 52
4.1.2.4 Ciclo do algodão. 53
4.2 A mais-valia na Colônia..... 55
4.2.1 A mais-valia do escravo e o capital Escravista-Mercantil..... 55
4.2.2 O mercado doméstico e a mais-valia..... 59
4.3 A importância do negro nos negócios coloniais. 61
4.3.1 O excedente do cativo. 62
4.3.2 O elemento forro: a posse de escravos. 63
4.3.3 O negro nos negócios: conquista da liberdade. 66
5 CONCLUSÃO 74
REFERÊNCIAS. 76

Digitized by Google

1 INTRODUÇÃO

A análise da economia colonial brasileira, ao longo da história, tem sido realizada segundo uma corrente de pensamento econômico que atribui ao Brasil a função de simples fornecedor de produtos primários para as metrópoles europeias – Lisboa e Londres. Essa posição da historiografia tradicional confere à Colônia um papel específico na divisão internacional do trabalho: fornecer bens primários ao mercado externo, como açúcar, algodão, café e metais preciosos. Isso implica a ocorrência de uma economia voltada para a monocultura de exportação, que estabelece uma relação de "fora pra dentro", pois a ênfase que se dá é em relação à produção de bens que atenda ao mercado externo, recebendo em contrapartida produtos manufaturados.

Essa visão da economia colonial tornou-se, por um longo período, hegemônica em termos de historiografia econômica. Hoje, porém, há outros pesquisadores que procuram mostrar um modelo alternativo ao de Prado Júnior (2006) — principal representante da visão agroexportadora; a fim de incluir o elemento "mercado interno" e outras possibilidades de interpretação da economia colonial.

O modelo interpretativo de Prado Júnior (2006) valoriza a análise "de fora pra dentro", mostrando que a monocultura agroexportadora possibilitava ao Brasil negociar seus produtos no mercado internacional; em contrapartida importava manufaturados da metrópole, ratificando o pacto colonial. Assim, a visão da existência de um mercado interno fica em segundo plano, considerada uma atividade subsidiária à grande lavoura. As novas pesquisas procuram apresentar uma análise da economia colonial de "dentro pra fora", a fim de revelar e resgatar a participação de elementos fundamentais para existência da economia agroexportadora, como os pequenos comerciantes, os artesãos, os prestadores de serviços e principalmente a figura do negro, tanto o escravo quanto o alforriado.

Torna-se importante, então, mostrar e valorizar a contribuição do negro na economia colonial, especialmente no que diz respeito a sua atuação como mão de obra produtora de mais-valia e, às vezes, como comerciante no mercado local. Para isso, há necessidade de um estudo exploratório e comparativo entre a visão agroexportadora de Prado Júnior e a visão dos novos estudiosos marxistas, que incluem a importância do mercado interno para a manutenção da economia agroexportadora.

Digitized by Google

Neste sentido, portanto, buscou-se analisar a importância do negro na formação da economia brasileira, bem como sua contribuição ao comércio interno no período colonial. Além de, evidentemente, tentar desmistificar a ideia do negro apenas como mão de obra escrava a serviço da economia agroexportadora. Embora se saiba que, no início, tenha sido verdade, mas com o tempo essa situação foi se modificando. Durante o período colonial, os negros foram criando suas oportunidades de crescimento e liberdade e tais permitiram que eles pudessem influenciar a sociedade em todos os níveis.

O dilema que este estudo pretende responder é, se no contexto da economia colonial, o negro teve um papel relevante ou foi apenas mão de obra escrava a serviço da grande lavoura de exportação. O objetivo geral é analisar a participação do negro na economia colonial, comparando sua atuação sob a ótica da economia agroexportadora e da teoria marxista. Para que se possa resolver este dilema, propõe-se:.1) Identificar a estrutura da economia agroexportadora e o desenvolvimento do negro na economia colonial (1500 a 1822); 2) Apresentar a atuação do negro na economia colonial segundo à ótica agroexportadora e à visão dos novos marxistas; 3) Observar a presença do negro nos pequenos negócios, destacando sua contribuição ao comércio local; 4) Mostrar a acumulação de capital através da mais-valia retirada do escravo.

Utilizou-se como metodologia, neste trabalho, o método da abordagem dedutiva e a análise histórica para descrever e comparar informações referentes ao tema. A análise das informações históricas foi realizada através de fontes secundárias e bibliográficas, tais como livros, artigos científicos, revistas de circulação nacional, textos da internet e outros. O uso dessas fontes se aplicará pela dificuldade de acesso aos dados primários e, também, pela própria credibilidade dos autores tomados em referência e por se tratar de um estudo histórico do papel do negro na economia colonial entre 1500 a 1822. Iniciou-se comparando dados obtidos sobre o papel do negro na economia colonial, tomando por base as correntes teóricas que versam sobre este assunto. Entre as teorias que embasam este estudo estão os pressupostos mercantilistas do comércio internacional, as teorias clássicas do valor e das vantagens comparativas, e a teoria marxista da mais-valia. À luz dessas teorias, buscou-se explicar e comparar as ideias da historiografia econômica nacional a respeito do papel do negro no Brasil–Colônia. Neste contexto, compara-se a posição de Caio Prado Júnior (2006), Celso Furtado (1995) e Fernando Novais (1995) com a posição de pesquisadores contemporâneos como Iracy Del Nero Costa (1995), Francisco Luna, Júlio Manoel Pires, Antônio Barros de Castro, Jacob Gorender dentre outros.

Digitized by Google

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, far-se-á a exposição das principais ideias econômicas que influenciaram os pensadores da economia colonial. Inicialmente, aparecem o pensamento mercantilista e o clássico e, em seguida, procura-se apresentar as principais ideias marxistas.

2.1 Mercantilismo

2.1.1 Principais ideias mercantilistas

Segundo Feijó (2001), o termo *mercantilismo* foi cunhado pelo Marquês de Mirabeau (1715-1789) em 1763 para caracterizar o conjunto de doutrinas e práticas econômicas dominadas pelo nacionalismo e pelo intervencionismo que vigoraram na Europa de meados do século XV até meados do século XVIII.

A doutrina mercantilista teve origem ainda na idade média quando os reis medievais, na intenção de proteger o interesse da nobreza, adotavam medidas intervencionistas a fim de limitar o enriquecimento da classe dos comerciantes que já havia enriquecido bastante com a atividade mercantil. Na Inglaterra, por exemplo, os reis Eduardo I e II firmaram regulamentações econômicas para limitar a concorrência através do estabelecimento de monopólio e controle de preços e salários.

O comércio internacional era visto pelos mercantilistas como principal meio de aquisição de metais preciosos, logo todas as medidas restritivas que resultassem no acúmulo de ouro e prata na metrópole seriam bem vistas. Isso porque eles acreditavam que quanto mais metais preciosos um país possuísse, mais rico seria. De acordo com Hugon (1995, p.65), a ideia de "prosperidade dos países parece estar na razão direta da quantidade de metais preciosos que possuem". Surge, então, o pensamento de que o fenômeno da riqueza está associado a maior quantidade de metais preciosos.

Montchretien, citado por Hugon (1995, p.66), afirma que "o ouro e prata suprem as necessidades de todos os homens". Outro autor mercantilista defende que:

> Tudo é seu, se tiver dinheiro; o dinheiro é um verdadeiro Proteu que se transforma em tudo quanto se quer, é pão e é vinho, é tecido, será um cavalo, uma casa, uma

Digitized by Google

> herdade, uma cidade e uma província. (Scipion Grammont, *apud,* Hugon, 1995, p.70)

Essa ideia do dinheiro, na forma de ouro e prata, assume o sinônimo de riqueza para os pensadores mercantilistas. Nessa mesma linha, John Locke defende o dinheiro como amigo que apesar de passar de mão em mão não corre o risco de ser dissipado ou consumido (Hugon, 1995, p.66).

O metalismo constituiu-se em uma das formas que o mercantilismo assumiu ao longo dos três séculos de sua existência. Para Hugon (1995), o mercantilismo se divide em cinco correntes principais: os metalistas ou bulionistas na Espanha, os industrialistas ou colbertistas na França, os comercialistas na Inglaterra, o Cameralismo na Alemanha e a corrente fiduciária.

Para Feijó (2001, p.62), a principal "preocupação econômica do mercantilismo era a busca do pleno emprego". O saldo positivo na balança comercial era a principal maneira de manter a economia do pleno emprego. Em seguida, ele concluiu que a "balança comercial favorável asseguraria o fluxo positivo de ouro e prata sem a necessidade de restringir diretamente a saída de metais (2001, p.62-65)". O que para a metrópole não deixava de representar um ganho significativo em relação à colônia.

2.1.2 O mercantilismo e o sistema colonial

A doutrina mercantilista dominou a Europa por quase três séculos, mas foi nas colônias que essas ideias e práticas econômicas se impuseram com mais vigor. Os metais preciosos encontrados no Novo Mundo foram enviados para as metrópoles europeias, com vistas o aumento do estoque de ouro e prata desses países.

Conforme Hugon (1995), o "pacto colonial" firmado entre a metrópole e suas colônias não passou de uma convenção falsa e enganadora, pois um acordo supõe que as partes aceitam obrigações recíprocas. No entanto, as obrigações só cabiam à colônia que sofria a imposição de fornecer metais preciosos, matérias-primas e gêneros agrícolas para a metrópole.

Souza (2005) fala das relações comerciais entre metrópole e colônia, mostrando que havia dominação metropolitana através do monopólio comercial, instituído pelo pacto colonial:

Digitized by Google

> Cada metrópole estabeleceu um pacto colonial com suas colônias. Mediante esse pacto, todo o comércio externo das colônias efetuava-se apenas com a metrópole, que fixava os preços e as quantidades dos produtos industrializados. Os preços das manufaturas importadas pelas colônias deveriam ser os mais elevados possíveis, enquanto eram fixados em níveis extremamente baixos os preços das matérias-primas e alimentos adquiridos pela metrópole. Da mesma forma, somente os navios metropolitanos transportavam os bens comercializados entre as colônias e a metrópole respectiva. Essa política promoveu uma Revolução Comercial na Europa (...), mas estabeleceu as raízes do subdesenvolvimento contemporâneo (Souza, 2005, p.55).

Hugon (1995) considera que as riquezas do Novo Mundo desempenharam importante papel, a partir do século XVI, no processo de desenvolvimento das economias nacionais europeias e na formação do capitalismo, mas, de outro lado, formaram uma oposição ao desenvolvimento da economia nacional das colônias, principalmente em função da política colonial do mercantilismo.

O processo de ocupação, povoamento e valorização econômica das colônias se estabeleceu a partir das relações metrópole-colônia. Para Novais (1995, p.92), esse é o projeto que se constituiu:

> Em função dos mecanismos e ajustamentos dessa fase da formação do capitalismo moderno (...), gerado nas tensões oriundas na transição para o capitalismo industrial: acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento (...) Neste sentido, a produção colonial orienta-se necessariamente para aqueles produtos que possam preencher a função do sistema de colonização no contexto do capitalismo mercantil (....) os produtos tropicais: açúcar, tabaco, algodão, cacau, matérias-primas etc.

Como parte do projeto de colonização das metrópoles europeias, mais especificamente Portugal, a ocupação do Brasil se deu por preocupações políticas e logo se tratou de desenvolver a produção do açúcar, a partir do século XVI, como forma de inserir a colônia no contexto do capitalismo mercantil.

Segundo Novais (1995, p.98):

> Enquanto na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII transitava-se da servidão feudal para o trabalho assalariado (...), no *Ultramar,* isto é, no cenário da europeização do mundo, o monstro da escravidão mais crua reaparecia com uma intensidade e desenvolvimentos inéditos.

Em seguida, Novais (1995, p.98) complementa dizendo que a "escravidão foi o regime de trabalho preponderante" no Novo Mundo, principalmente na Colônia Portuguesa da América: o Brasil. O tráfico negreiro alimentou um dos setores mais rentáveis do comércio colonial.

Digitized by Google

O projeto de inserção das colônias no capitalismo mercantil favoreceu a adoção das "formas de trabalho compulsório", uma vez que as colônias da América se enquadravam como "economias pré-capitalistas". A adoção do trabalho assalariado tornava os custos de produção mais elevados, sendo a aplicação do trabalho escravo uma forma mais rentável tanto para os produtores de gêneros tropicais quanto para os traficantes de escravos. (Novais, 1995, p.98).

Em relação à rotação do capital, Novais (1995, p.100) afirma que "cada vez que o capital volta a sua forma primitiva, permitindo a reinversão alargada, completa-se uma rotação". Neste caso, o funcionamento do regime escravista travava essa rotação, pois o pagamento do fator trabalho era antecipado através da compra do escravo, enquanto no trabalho assalariado a força de trabalho só é paga depois de consumida, sendo remunerada dentro do próprio processo produtivo, possibilitando a flexibilidade da economia capitalista.

Em estudo relacionado ao tema do trabalho escravo no período colonial, Eric Williams citado por Novais (1995, p.102) considera que "a implantação do escravismo colonial, longe de ter sido uma opção (salariato, escravismo), foi uma imposição das condições histórico-econômicas". Assim, nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação das formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial (Williams *apud* Novais, 1995, p.102).

Desse modo, o sistema colonial mercantilista foi fundamental para a formação da economia capitalista, principalmente no que se refere à acumulação primitiva obtida por mecanismos intervencionistas que posteriormente seriam contestados pelos economistas clássicos.

2.2 Os clássicos

2.2.1 Os pensadores da Escola Clássica

No último quarto do século XVIII e início do século XIX, surge um grupo de pensadores que vão dar forma e tratamento científico às ideias econômicas. Entre os principais pensadores aparecem Robert Malthus, John Stuart Mill, David Ricardo e Adam Smith. Para Hugon (1995, p.101), a "Escola Clássica propriamente dita, consiste, portanto, naquela corrente científico-econômica iniciada, em 1776, com Smith, continuada

Digitized by Google

particularmente com Malthus e Ricardo e completada, em 1848, por Stuart Mill e seus Princípios de Economia Política".

2.2.2 Teoria do valor-trabalho

Um dos pilares teóricos da Escola Clássica é a teoria do valor-trabalho. Segundo Hunt (1981, p.69), ainda que Adam Smith não tenha apresentado uma teoria do valor com a devida coerência, não se pode negar que ele apresentou as bases da teoria do valor-trabalho que posteriormente fora melhorada por Ricardo e Marx.

Na concepção de Smith (*apud* Feijó, 2001) o "valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho que a mesma permite comprar ou comandar. Assim, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias". O valor de um bem, segundo Smith, divide-se em valor de troca e valor de uso. Este está associado à ideia de utilidade e aquele corresponde ao poder de compra que o bem possui no mercado.

Conforme Feijó (2001), a visão de Smith sobre o valor se complementa com a ideia de que o valor de uma mercadoria não é regulado somente pelo trabalho, mas por três componentes: salário (w), lucro (l) e renda da terra (r). Supõe-se que o preço de uma mercadoria é determinado somente por estes três componentes numa economia capitalista, já que os juros se incluem nos lucros, ao passo que é a remuneração do capital.

De acordo com Hunt (1981, p.70), Adam Smith conseguiu ver o trabalho como determinante do valor de troca apenas nas economias pré-capitalistas, porque após a apropriação dos meios de produção pelos capitalistas e a monopolização das terras pelos proprietários de terra, o valor de troca, isto é, o preço das mercadorias passou a ser determinado por esses três componentes: salário, lucro e renda da terra.

A versão da teoria do valor-trabalho de Ricardo, conforme Hugon (1995, p.130), é uma continuação da teoria de Smith, porém, uma teoria elaborada de forma mais sistemática. Inicialmente, Ricardo rejeitou a utilidade como medida de valor, distinguindo os bens em duas categorias: os bens não suscetíveis de reprodução (por exemplo: um quadro de um artista famoso) e os bens suscetíveis de reprodução indefinida, isto é, aqueles que podem ser produzidos em larga escala, ocasionados por um custo de produção.

Para Ricardo, citado por Hugon (1995, p.131), o valor das mercadorias era determinado pelo trabalho humano: "considero o trabalho como a fonte de todo valor e a sua quantidade relativa à medida que regula, quase que exclusivamente, o valor das mercadorias". O trabalho, neste caso, aparece tanto como força de trabalho humano quanto quantidade de

Digitized by Google

trabalho incorporado ao capital, mais especificamente as máquinas e equipamentos usados na produção.

A teoria dos preços da escola clássica é baseada nos custos de produção. Smith estabeleceu uma distinção entre preço natural e preço de mercado. O preço de mercado era o "verdadeiro preço da mercadoria", em determinado momento e em determinado mercado. Já o preço natural era o preço ao qual a receita da venda fosse apenas suficiente para dar - aos capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra – lucros, salários e aluguéis equivalentes aos níveis necessários de sobrevivência (Hunt, 1981).

2.2.3 Teoria do comércio internacional

O livre comércio entre as nações era uma das necessidades do comércio internacional segundo a doutrina do liberalismo econômico. O próprio Smith (*apud*, Hugon, 1995) preconizou a liberdade de comércio externo a partir de sua teoria da psicologia individual, na qual o "interesse individual coincide com o interesse coletivo" e que o papel do estado consiste apenas em garantir a segurança e administração da justiça. Nesse contexto, surge a teoria das vantagens comparativas do Inglês David Ricardo, no seu livro "Princípios de Economia Política e Tributação", publicado em 1777. Essa teoria corresponde a uma explicação sistemática de como dois países podem se beneficiar mutuamente do comércio internacional.

Segundo Ricardo, um país não precisava necessariamente ter vantagens absolutas na produção de qualquer mercadoria em relação a outro para que o comércio internacional entre eles fosse vantajoso (Hunt, 1981). Dois países poderiam se beneficiar mutuamente tendo vantagens relativas na produção.

De acordo com Hunt (1981, p.137-138) a vantagem relativa:

> (...) significava, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país.

Em outras palavras, pode-se dizer que dois países podem se beneficiar mutuamente através do comércio internacional, considerando que cada um se especialize na produção do bem que se aplica menor quantidade relativa de trabalho na produção, para posteriormente realizarem o comércio bilateral.

Digitized by Google

Ricardo discute ainda outros pontos a respeito do comércio exterior, como a questão da taxa de lucro. Ele supõe que o comércio externo não afeta a taxa de lucro, todavia "beneficia o país pelo aumento no volume de bens obtidos e também do nível de emprego doméstico (Feijó, 2001, p.176)". Nessa mesma linha, Ricardo vê nas restrições do comércio externo a possibilidade de redução da "soma dos benefícios", evidenciando um ataque direto contra a lei dos cereais[2].

2.3 Ideias marxistas

A principal contribuição de Marx para o melhor conhecimento da economia capitalista está no seu livro intitulado "O Capital", uma obra composta de três volumes, sendo o primeiro publicado em 1867 e os outros dois após sua morte pelo amigo Friederick Engels, em 1885 e 1894. Marx escreveu outros títulos, mas o que interessa neste trabalho diz respeito principalmente a essa obra.

Neste estudo, busca-se destacar a parte econômica da obra de Marx, dado os objetivos da pesquisa. Portanto, faz-se necessário uma introdução sobre as principais ideias de Marx, principalmente aquelas que dizem respeito ao processo de exploração da força de trabalho (mais-valia), acumulação de capital e a teoria do valor.

2.3.1 Teoria do Valor Trabalho e a Mais-Valia

A parte econômica da doutrina marxista começa com a análise da teoria do valor-trabalho. Segundo Hugon (1984, p.214):

> Marx aceita as teorias da Escola Clássica na mesma disposição de espírito com que observa as manifestações da economia liberal: considera estas teorias e estes fatos a expressão do sistema capitalista. (....) Assim, pois, a sua teoria do valor-trabalho nada mais é que o prolongamento consciente da teoria do valor-trabalho exposta por Adam Smith e por Ricardo.

---

[2] Ricardo e Malthus travaram uma disputa em torno da lei dos cereais. Na defesa dos capitalistas, Ricardo se opunha à lei dos cereais, porque proibindo a importação de cereais, o Governo da Inglaterra estava incentivando o cultivo de terras cada vez menos férteis. Isso possibilitava um aumento da renda fundiária, mas, em contrapartida, os lucros dos capitalistas diminuíam, retardando o progresso econômico. Em posição contrária, estava Malthus. Esse economista clássico acreditava que somente os proprietários de terras seriam capazes de eliminar o problema da insuficiência de demanda agregada, gerada pelo não uso do capital improdutivo dos capitalistas. O aumento da renda dos fazendeiros elevaria seus gastos na contratação de mais criados e funcionários que por sua vez comprariam os produtos dos capitalistas, gerando mais emprego (HUNT, 1981, p. 139).

Digitized by Google

Neste mesmo sentido, a principal diferença entre os clássicos e Marx consistia em questões de ordem secundária, como por exemplo, enquanto Ricardo "dizia que o trabalho era fonte de todo valor", Marx escreveu que o "valor é o trabalho cristalizado". Smith distinguira trabalho fácil de trabalho difícil, enquanto Marx atribuiu uma nova terminologia, traduzindo em "trabalho simples" e "trabalho qualificado" (Hugon, 1995, p.214).

Sandroni (2005, p.35) diz que o valor de uma mercadoria, na concepção de Marx, "é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la". O trabalho humano torna-se indispensável na constituição do valor da mercadoria. Sem ele, as coisas não teriam valor. Segundo Sandroni, faz-se necessário entender melhor a expressão "socialmente necessário", pois ela revela aspectos importantes da contribuição de Marx à teoria do valor-trabalho. Assim Sandroni (2005, p.36):

> O 'Socialmente' devia ser entendido como o tempo de trabalho utilizado em média pelos vários produtores, e que, portanto, cada mercadoria deveria ser um exemplar médio de sua espécie. (...) Em termos mais concretos eu já sabia que na era da máquina as diferenças individuais dos trabalhadores tendiam a se nivelar por cima.

Essa nivelação por cima significa mais exploração do trabalhador, uma vez que ele terá de acompanhar o ritmo da máquina e dos outros operários, desrespeitando as diferenças individuais. Assim, o valor individual de uma mercadoria tende a coincidir com o valor médio social, isto é, com a quantidade de trabalho médio aplicado na produção das mercadorias.

Sandroni (2005, p.37) acrescenta que o "valor médio ou social das mercadorias se manifesta no preço". Assim, pode-se inferir que o valor em si não se apresenta diretamente aos "nossos olhos", mas sim através do preço das mercadorias.

Marx (1982, p.24) divide o valor em valor de uso e valor de troca. O primeiro está associado à ideia de satisfação das necessidades humanas. Pois, segundo Marx (1982, p.24):

> A mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz para seus proprietários uma necessidade humana qualquer. Toda coisa útil, tal como o ferro, o papel etc, deve ser considerada sob um duplo aspecto: a qualidade e quantidade. Cada uma é um conjunto de qualidades numerosas e pode ser útil às mais diversas finalidades. É a utilidade de uma coisa que lhe dá valor de uso. Mas essa utilidade não surge no ar. É determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso. A mercadoria em si, tal como o ferro, o trigo, o diamante etc, é pois, um valor de uso.

Conforme Feijó (2001, p.210), a mercadoria "é um conceito básico em Marx e apresenta duas características essenciais: valor de uso, por possuir propriedades que satisfazem às necessidades humanas". Também podem ser consideradas qualidades físicas

Digitized by Google

que geram utilidade. Em seguida, o mesmo autor acrescenta que o valor de troca, outra característica essencial da mercadoria, "é a forma de manifestação do valor", isto é, o trabalho socialmente necessário é o único componente capaz de gerar valor dentro do processo de produção.

No Capital, Marx (1982, p.24) faz referência ao valor de troca como a "relação quantitativa pela qual os valores de uso de uma espécie se trocam pelos valores de uso de outra". Pode-se observar que o valor de uso está intimamente ligado ao valor de troca, aquele se torna necessário para realização deste no mercado.

Postas as minúcias de lado, a teoria do valor-trabalho de Marx foi basicamente as de Ricardo e Smith, além dos aspectos econômicos também deduziu aspectos de ordem social, os quais, para Hugon (2001), os economistas clássicos viram ou não quiseram ver. Assim, todo valor seria criado pelo trabalho humano, logo caberia ao homem, isto é, ao trabalhador, o direito de ficar com o produto de seu trabalho. Porém, isso não acontece, não seria por causa da vontade do patrão, mas uma situação decorrente do próprio sistema capitalista, que gera um acréscimo na produção dada à aquisição da força de trabalho que acaba gerando mais-valia.

Marx, citado por Hunt (1981, p.233), afirma que:

> O valor da força de trabalho é determinado, como no caso de todas as outras mercadorias, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção e, consequentemente, também para a reprodução deste artigo especial (...). Para o indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em.Sua manutenção.

Neste caso, o trabalhador deve obter um salário igual ou superior à sua manutenção. O salário deve corresponder a um "valor" que permita ao trabalhador adquirir certa quantidade de mercadorias essenciais à sua sobrevivência, a fim de mantê-lo vivo para que possa garantir sua reprodução. Em outras palavras, a manutenção da força de trabalho corresponde a certa quantidade de meios de subsistência para que o trabalhador possa se reproduzir, de modo que este garanta, posteriormente, a substituição de sua força de trabalho no mercado – através dos filhos. Assim, a mais-valia torna-se um instrumento eficaz de exploração do trabalhador em favor do capitalista.

Pode-se dividir a apropriação do trabalho excedente como mais-valia absoluta ou relativa. Sandroni (2005, p.72-73) diz que a mais-valia absoluta é uma das formas do capitalista aumentar a exploração sobre o trabalhador. Acrescenta que a mais-valia absoluta oferece duas formas de aumentar a exploração. A primeira diz respeito ao "aumento da

Digitized by Google

jornada de trabalho" e a segunda refere-se à "intensidade com que o mesmo [trabalho[3]] se realiza". Tais formas permitem ao capitalista aumentar a mais-valia retirada da exploração da força de trabalho.

A segunda forma de mais-valia é a relativa. Ela corresponde ao "aumento da produtividade do trabalho na produção dos meios de vida do trabalhador – e, portanto, no barateamento de sua força de trabalho" (Sandroni, 2005, p.83-84). Com a introdução de "técnicas mais avançadas" na produção, o trabalhador consegue produzir uma quantidade maior com o mesmo tempo de trabalho necessário, sem precisar aumentar suas horas de trabalho (Sandroni, 2005, p.77).

A produtividade do trabalhador crescerá com a diminuição do trabalho necessário para produzir o valor equivalente à sua força de trabalho, permitindo uma maior produção para o capitalista, consequentemente há um aumento do trabalho excedente, isto é, da mais-valia. Na produção capitalista, o acúmulo ou a crescente exploração da mais-valia é que permite o processo de acumulação de capital.

2.3.2 Acumulação primitiva de capital

As origens históricas da sociedade capitalista, segundo Marx (*apud* Hunt, 1981, p.239), não estão em uma "sociedade de comportamento econômico frugal e abstêmio de uma elite moral", como se acreditava. Mas na existência de uma classe operária sem propriedades e outra classe capitalista rica. A esse processo de formação da sociedade capitalista em duas classes, a de proprietários e a de não-proprietários de meios de produção, Marx (*apud* Hunt, 1981, p.239) denominou de "acumulação primitiva".

> Esta acumulação primitiva desempenha, em Economia Política, mais ou menos o mesmo papel que o pecado original desempenhou em Teologia. Adão comeu a maçã e, desde então, o pecado recaiu sobre a raça humana. Admite-se que a origem dessa história seja apenas uma anedota do passado. Há muito tempo atrás, havia duas espécies de pessoas: umas diligentes, inteligentes e, acima de tudo, formadoras de uma elite frugal; outras eram velhacas, preguiçosas, que gastavam tudo o que tinham levando uma vida devassa... O primeiro tipo de pessoa acumulou riqueza e o segundo tipo só tinha sua pele para vender. Desse pecado original é que veio a pobreza da grande maioria que, apesar de todo o seu trabalho, até agora continua nada tendo para vender, a não ser ela própria, bem como a riqueza de uns poucos, que aumenta sempre .... Na história concreta, é visível que a conquista, a escravidão, o roubo, o assassinato, em suma, a força, é que entram em cena... Os métodos de acumulação primitiva nada têm de poéticos.

[3] O acréscimo é do autor do texto.

Digitized by Google

O processo de acumulação primitiva surgiu com a desestruturação da sociedade feudal, a qual deu lugar à formação da sociedade capitalista. Com a criação da classe operária, isto é, dos não proprietários de meios de produção, destruiu-se os "vínculos sociais feudais pelos quais a maioria dos trabalhadores garantira seu acesso à terra". A transformação da "propriedade feudal" na "moderna propriedade privada" mudou as relações econômicas na sociedade. Os trabalhadores foram expulsos das terras que cultivavam e mandados para a cidade, engrossando a massa de mendigos e desempregados (Hunt, 1981).

Marx (*apud* Hunt, p.240) relaciona alguns métodos "poéticos" de acumulação primitiva adotados pela sociedade pré-capitalista:

> A espoliação da propriedade da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, o roubo de terras comuns, a usurpação da propriedade feudal (...) foram alguns dos muitos métodos poéticos de acumulação primitiva.

Estes métodos não foram adotados apenas no continente europeu, mas atingiu também o além-mar, com vistas à acumulação de fortuna para sua transformação em capital industrial. Tem-se uma descrição interessante sobre este assunto:

> A descoberta de ouro e prata na América, a aniquilação, escravização e o emprego forçado, nas minas, da população aborígine, o começo da conquista e da pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África num viveiro de caça comercial de negros assinalaram a aurora cor-de-rosa da era da produção capitalista (Marx *apud* Hunt, 1981, p.240).

Espanha, Portugal, Holanda e Inglaterra estão entre os principais países que empreenderam a acumulação primitiva. A Inglaterra no fim do século XVII, por exemplo, impõe uma política externa sistemática com vistas à dominação das colônias da América, por meio de um sistema moderno de tributação, comércio de escravos, dívida externa, protecionismo e ação do estado. Por fim, Marx se refere à acumulação primitiva como um meio de promover o "processo de transformação do modo de produção feudal no modo de produção capitalista" (Marx *apud* 1981, p.241).

Benakouche (1980, p.25) considera que o aparecimento do modo de produção capitalista "começa com a destruição progressiva e permanente do modo de produção feudal e o aparecimento da manufatura". Neste período o que prevalece é o capital mercantil ou comercial, cujo papel foi preparar as bases para a consolidação do novo modo de produção - o capitalismo.

Digitized by Google

Para Marx (*apud* Benakouche, p.1980, p.27) as formas dominantes de produção do M. P. C. (Modo de Produção Capitalista) têm reflexos diretos na sociedade. A mudança da forma de produção dominante no seio do capitalismo, segundo Benakouche (1980), corresponde aos estágios: clássico e monopolista.

O estágio clássico corresponde ao capitalismo concorrencial, caracterizando-se pelos movimentos de mercadorias que deram origem à internacionalização do "capital-mercadoria". Por outro lado, o estágio monopolista diz respeito ao capitalismo monopolista, uma forma mais avançada do sistema e que se caracteriza pela "exportação de capital", realizada pelas firmas multinacionais.

O ciclo capital-mercadoria é o primeiro a se internacionalizar, o movimento de acumulação de capital sobre a base da internacionalização do capital-mercadoria contribuiu para um processo de ampliação da esfera de troca (Benakouche, 1980,). Essa ampliação da esfera de troca se dá com outras regiões do mundo moderno, no qual os europeus estabelecem relações comerciais ou de dominação econômica, como por exemplo, no caso do Novo Mundo.

A criação de novos mercados era muito importante para o estágio clássico, isto é, de internacionalização do capital-mercadoria, principalmente no surgimento de mercados que pudessem fornecer tanto matérias-primas, metais preciosos como se tornassem consumidores de seus produtos manufaturados.

A fase de acumulação primitiva é conhecida por pilhagem interna (da própria população dos países centrais) e/ou externa (contribuição da periferia na acumulação primitiva). O primeiro modelo foi bem explicado[4] por Marx, porém o segundo foi subestimado pelo autor de O Capital.

De acordo com Benakouche (1980, p.40), a pilhagem externa foi de grande importância para a consolidação do modo de produção capitalista:

> De fato, o comércio externo de mercadorias e a pilhagem externa desempenharam um duplo papel na acumulação primitiva de capital: agiram no sentido da ampliação da esfera de troca pela expansão do capital sob a forma de mercadoria e no sentido da movimentação das relações de valor, determinando a acumulação de um capital mercantil através do estabelecimento de contatos entre formações sociais nas quais prevaleciam condições diferentes de formação do valor.

A atuação do capital comercial na acumulação primitiva é inequívoca. Seja no tráfico de negros originários da África, seja nas relações comerciais realizadas entre as colônias e as

[4] Benakouche (1980, p.39) comenta que a pilhagem interna foi bem explicada por Marx, mas o mesmo autor não deu a devida importância à pilhagem externa no seu modelo teórico.

Digitized by Google

metrópoles. No fim do século XVI, o comércio de escravos e a sede dos europeus por metais preciosos proporcionavam grandes lucros. Essa época foi um período de "acumulação acelerada, baseada na alta de preços, de lucros elevados e de salários muito baixos" (Benakouche, 1980, p.48).

Assim, no século XVII o comércio triangular Europa-África-América proporcionou uma grande acumulação primitiva de capital, que estabeleceu as bases de financiamento do capitalismo industrial nos séculos seguintes.

Digitized by Google

3. POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL COLONIAL

3.1 Origem e grupos étnicos

O escravo negro - considerado como mercadoria nos séculos XVI a XIX, fator de produção indispensável à economia colonial brasileira - não veio de um continente desorganizado, sem cultura, sem tradições ou sem passado. O cativo africano tem personalidade e história. A organização social na África constituiu verdadeiros impérios centralizados, com brilho e autoridades incontestáveis, espécie de confederações tribais, reinos mais ou menos reconhecidos pelos seus vizinhos, cidades-pousadas com seus ricos mercados nos caminhos do ouro, das especiarias, do marfim, do sal, dos escravos, e por toda parte povos guerreiros, pescadores, coletores, pastores, comerciantes e agricultores (Mattoso, 2003).

Entre os séculos XV e XVI, as sociedades africanas compunham-se, em geral, de comunidades aldeãs que conheciam uma organização econômica e social baseada na família e, principalmente, na aldeia. As aldeias eram formadas por uma ou mais "famílias ampliadas", isto é, pelo grupo social constituído pelo patriarca, por suas esposas, descendentes e agregados. Era comum na África o homem rico possuír várias esposas, enquanto os jovens e os pobres apenas uma.

Segundo Maestri (1994, p.39) os patriarcas "eram os grandes privilegiados. Suas esposas, filhos, genros e agregados deviam-lhe respeito, obrigações e tributos". A mulher e os agregados constituíam as categorias sociais mais exploradas.

A posse da terra é coletiva. As aldeias viviam basicamente da agricultura. As famílias exploravam as terras com base em técnicas agrícolas extensivas e itinerantes. O principal instrumento de trabalho conhecido naquele período consistia na enxada de ferro.

Outras atividades eram desenvolvidas na aldeia como a caça, a pesca e a coleta. São atividades que complementavam grande parte das proteínas à alimentação da aldeia. O artesanato supria as necessidades da aldeia. O artífice aldeão trabalhava o couro, o ferro, o marfim, a argila, a madeira e outros.

Para Mattoso (2003, p. 24-25):

Digitized by Google

> Muito antes da época da colonização, civilizações possuidoras de técnicas relativamente avançadas desenvolveram-se em numerosas regiões. Conhecia-se a agricultura de enxada, extensiva, ou mesmo a intensiva ao redor das choças; a propriedade fundiária é desconhecida, mas o artesanato do ferro, do ouro, do bronze, do cobre, com seus ferreiros mistos de feiticeiros, um tanto médicos, seus poteiros – mulheres com frequência – seus tecelões, e seus lenhadores, alimentam o consumo local e também mercados mais distantes.

O excedente negociado nos mercados mais distantes era realizado através do escambo. A prática do escambo é comum entre os povos africanos, com os quais os europeus estabeleceram relações comerciais, especialmente na compra de escravos na costa da África.

A escravidão nas sociedades africanas, conforme Mattoso (2003, p.25) é "quase patriarcal, que exclui o tráfico. No Daomé, os filhos de escravos nascem livres e fazem parte da família do senhor". Foi o tráfico que introduziu a escravidão mercantil entre os povos da floresta. Em meados do início do século XVI, os europeus tiveram contato com os dois principais grupos étnicos africanos: os *sudaneses* e os *bantus.*

Os sudaneses eram nativos da região do nordeste da costa da África, de influência muçulmana, foram mandados em grande parte para a Bahia. Os bantus, nativos oriundos de Angola, Congo e Moçambique, foram enviados para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e para a zona da mata do Nordeste. Outros grupos étnicos menores vindos da África são os *Yorubá, Fon, Ashanti, Ewe* e outros grupos nativos de Gana, Benim e Nigéria.

A sociedade tribal africana não conhecia a divisão de classes e ignorava instituições do estado, tais como polícia, prisão etc. Em caso de delito, se não houvesse condenação de morte, o castigo poderia ser substituído pela venda do criminoso para o tráfico. A perda da liberdade era muito comum entre as tribos africanas, principalmente a partir da instalação das feitorias europeias, ávidas por lucro, que acabavam incentivando a rivalidade entre as tribos[5].

A rivalidade entre as aldeias aumentou a oferta de negros para o tráfico de escravo. Maestri (1994, p.41) afirma que "o adúltero podia ser entregue ao marido ofendido". E este podia vender o adúltero aos traficantes. Devedores pagavam suas dívidas com a própria liberdade. Os crimes de roubo e sangue, quando não eram punidos com a pena de morte, invariavelmente eram punidos com o cativeiro. Alguns chefes tribais "mostravam-se zelosos" por descobrir feiticeiros e adúlteros para vendê-los como cativos ao tráfico. Muitos jovens inexperientes eram seduzidos pelas esposas de alguns chefes aldeões, para se tornar presa fácil do tráfico negreiro.

---

[5] No capítulo *Como um africano perdia a liberdade*, o autor Mário Maestri expõe como os traficantes de escravos conseguiam as peças para abastecer o continente americano (Maestri, 1994. p. 40-41).

Digitized by Google

3.2 População e estrutura familiar

No final do período colonial, os negros no Brasil representavam uma parcela significativa da população residente. O quadro abaixo demonstra como estava distribuída:

Quadro 1 - População livre e escrava no Brasil - 1823

Província	Livres	Escravos	Total
Corte	___	___	___
Minas Gerais	425 000	215 000	640 000
R. de Janeiro	301 099	150 549	451 648
São Paulo	259 000	21 000	280 000
Esp. Santo	60 000	60 000	120 000
Bahia	434 464	237458	671 922
Pernambuco	330 000	150 000	480 000
Sergipe	88 000	32 000	120 000
Alagoas	90 000	40 000	130 000
Paraíba	102 407	20 000	122 407
R. G. Norte	56 677	14 376	71 053
Amazonas	____	____	____
Pará	88 000	40 000	128 000
Maranhão	67 704	97 132	164 836
Piauí	80 000	10 000	90 000
Ceará	180 000	20 000	200 000
Paraná	___	____	____
Sta Catarina	47 500	2 500	50 000
R. G. do Sul	142 500	7 500	150 000
Goiás	37 000	24 000	61 000
Mato Grosso	24 000	6 000	30 000
Total	2 813 351	1 147 515	3 960 866

Fonte: Mattoso (2003, p.64).

Os dois principais centros populacionais do Brasil no final do período colonial estavam no Nordeste (Bahia e Pernambuco) e na Região Sudeste, especialmente Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essas duas regiões representaram o principal centro econômico da Colônia nesse período, daí a ocorrência em maior número de escravos nessas regiões.

Digitized by Google

Quadro 2 - População escrava brasileira comparada à população global por região – 1819

Regiões	População Total	População Escrava	Porcentagem % da população escrava
Norte	143 251	39 040	27,3
Nordeste	1 112 703	367 520	33,0
Leste	1 807 638	508 351	28,1
Sul	433 976	125 283	28,9
Centro-Oeste	100 564	40 980	40,7
TOTAL	3 598 132	1 081 174	30,0

Fonte: Mattoso; Kátia (2003, p.65).

A partir das descobertas do ouro nas Minas no final do século XVII, cresceu rapidamente o número de habitantes nessa região, especialmente daqueles que seriam utilizados como mão de obra na atividade mineratória: o escravo. Vê-se pelo quadro 02 que o resultado dessa migração interna, em decorrência da exploração mineratória, provocou o aumento da população do sudeste, sobretudo da população escrava.

A organização familiar dos escravos brasileiros foi objeto de estudo de vários pesquisadores, entre eles Gilberto Freire, Robert Slenes, Kátia Queiroz Mattoso, Caio Prado Júnior e outros. Há um grupo que defende a existência da família escrava no período colonial e outro que nega a existência dessa família.

A obra de Gilberto Freire, Casa-Grande & Senzala, publicada em 1933, constitui um marco teórico na historiografia nacional referente ao estudo da sociedade escravista. De acordo com essa obra, nas fazendas e nos engenhos vários escravos chegaram a unir-se pelo casamento. Alguns senhores estimularam a união entre escravos, na intenção de aumentar seu rebanho. Sobre este grupo de escravos, Freyre (1973, p.451) comenta:

> Esses negros batizados e constituídos em família tomavam em geral o nome de família dos senhores brancos: daí muitos Cavalcantis, Albuquerques, Melos, Mouras (...). No caso dos escravos constituídos cristãmente em família, à sombra das casas-grandes e dos velhos engenhos, terá havido, na adoção dos nomes fidalgos, menos vaidade tola que natural influência do patriarcalismo, fazendo dos pretos e mulatos, em seu esforço de ascensão social, imitarem seus senhores brancos e adotarem as formas exteriores de superioridade.

A compreensão do termo "família" para Gilberto Freire (1973, p.352) está relacionada à ideia de família "patriarcal", pois o negro, apesar de ser considerado um bem da fazenda, ele

Digitized by Google

também fazia parte da família do patriarca. A esposa, os filhos, os demais habitantes da casa-grande e os escravos estão todos sob o protetorado ou subordinados às ordens do patriarca. O senhor é o chefe da família e todos lhe devem obediência. Assim, a mulher do escravo é subordinada ao esposo-escravo, mas, antes de tudo, ela está sujeita às ordens ou necessidades do senhor e seus descendentes. "É natural que a promoção de indivíduos da senzala, à casa-grande, para o serviço doméstico mais fino, se fizesse atendendo a qualidades físicas e morais".

A influência e dominação do senhor branco são percebidas inclusive nas uniões entre escravos. Era costume relacionar o nome do escravo ao nome do senhor, ou seja, como ele pertencia àquela família patriarcal, logo se tornava um membro dela, embora numa condição inferiorizada, isto é, na condição de escravo.

A promiscuidade se instalou na sociedade colonial. Embora reconheça o papel do negro na promiscuidade da sociedade escravista brasileira, observa que a negra não agiu voluntariamente nesse processo, Freire (1973, p.352):

> Se este foi sempre o ponto de vista da casa-grande, como responsabilizar a negra da senzala pela depravação precoce do menino nos tempos patriarcais? O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem.

Essa promiscuidade sexual na sociedade escravista tornou-se um dos principais obstáculos à constituição da família, afirma Sereza (2000). Ele acreditava que o sistema produtivo procurava impedir "todas as formas de solidariedade" entre os escravos, deixando-os sem regras para a conduta sexual e sem incentivos para a formação de unidades familiares estáveis.

Seguindo a linha teórica dos referidos autores, Prado Júnior (2006, p.351) vê nos costumes sexuais da Colônia um obstáculo à formação da unidade familiar escrava:

> Lançadas nesta base não familiar, outras circunstâncias vêm reforçar as irregularidades dos costumes sexuais na colônia. A escravidão, a instabilidade e insegurança econômicas....; tudo contribuiria para se opor à constituição da família, na sua expressão integral, em bases soldas e estáveis.

Na sociedade colonial, grosso modo, os escravos não se casavam. E quando estabeleciam uniões, estas não eram duradouras porque, em muitos casos, a escolha da companheira do escravo era feita pelo próprio senhor. Vê-se que a vida sexual do escravo

Digitized by Google

nem sempre era como ele queria e para Mattoso (2003, p.127) essa era a razão pela qual as escravas tinham poucos filhos.

Além do mais, alguns senhores tinham pouco interesse em estimular os casamentos entre escravos para reprodução, uma vez que era mais barato comprar escravos adultos do que criar filhos de escravos.

Por outro lado, o historiador norte-americano Robert Slenes acredita que houve o que se pode chamar de família escrava, baseada em casamentos estáveis. Através do censo de 1872, ele mostra que na região de Campinas-SP havia 61,8% de mulheres cativas consideradas casadas ou viúvas (Sereza, 2000). Ao passo que a existência dessas famílias correspondia a uma forma de se organizar para resistir à dominação do senhor.

Digitized by Google

4 A EVOLUÇÃO DO NEGRO NA ECONOMIA COLONIAL

4.1 O negro e a economia agroexportadora

O papel da população negra na economia colonial foi fundamental para o desenvolvimento das atividades empreendidas na colônia. O negro é peça fundamental na estrutura econômica agroexportadora.

4.1.1 Tráfico negreiro: aquisição de mão de obra escrava

A escravidão africana era uma instituição antiga na Península Ibérica. Em meados de 1450, os portugueses em suas viagens comerciais à África já retornavam com escravos. Por volta de 1480, os comerciantes lusitanos já haviam estabelecido um comércio permanente de escravos em vários pontos do continente africano, culminando com a exploração e ocupação da Ilha da Madeira, utilizando-se da mão de obra escrava no cultivo da cana-de-açúcar (Szmrecsányi, 2002).

O regime de trabalho compulsório tornou-se necessário a partir da expansão marítimo-comercial implementada a partir do século XV pelos países europeus. A necessidade de colonizar o Novo Mundo fez com que os europeus buscassem mão de obra na África para ocupar e explorar economicamente as novas terras. Nas palavras de Novais (1995, p.102), a "implantação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial".

O sistema colonial[6] é que permitiu a exploração das novas terras e apresentou o trabalho compulsório como alternativa mais lucrativa. Acredita-se que a opção pelo negro no Novo Mundo, enquanto mão de obra, foi uma questão de interesse econômico da parte dos traficantes de escravos, uma vez que os comerciantes que compravam o açúcar nas colônias para venderem na Europa eram os mesmos que forneciam a mão de obra escrava aos senhores de engenho. Então, havia conveniência de se optar pelo negro, não só pelo lucro resultante do

[6] "O sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização; na Época Moderna, entre Renascimento e a Revolução Francesa" (Novais, 1995, p.57).

Digitized by Google

comércio do açúcar, mas principalmente pelos altos lucros obtidos no comércio de negros oriundos da África.

O comércio de escravos realizado pelos traficantes e referendado pelas metrópoles europeias, consistia numa atividade econômica muito lucrativa. O escravo negro era um dos principais produtos da pauta de importação do Brasil no final século XVIII, assim Prado Júnior (1994, p.116):

> O ramo mais importante do comércio de importação é, contudo, o tráfico de escravos que nos vinham da costa de África: representa ele mais de uma quarta parte do valor total da importação, ou seja, no período 1796-1804, acima de 10.000.000 de cruzados, quando o resto não alcançava 30.000.000.

A especulação no comércio de escravo permitia aos traficantes altíssimas taxas de lucros. Conforme Prado Júnior (2006, p.232), o preço do escravo não era igual em toda a Colônia. Na Bahia, por exemplo, o preço de venda oscilava entre 140 a 150$000 réis[7], no Pará, entre 130 a 150$000 réis e no Maranhão a especulação foi ainda mais expressiva, ao passo que o preço de venda do escravo oscilou entre 250 a 300$000 réis. Neste período, final do século XVIII e início do XIX, a lucratividade do tráfico negreiro permitiu o aumento de capital de muitos traficantes metropolitanos, sobretudo quando se observa o total de escravos que desembarcavam na colônia portuguesa: cerca de 40.000 por ano.

Furtado (1995, p.43) afirma que no final do século XVI o "monte total dos capitais investidos na etapa da indústria resulta aproximar-se de 1.800.000 libras". E por essa época havia 20.000 escravos no Brasil, sendo que três quartos, desse total, trabalhavam na indústria açucareira.

Considera-se que nesse período "o capital empregado na mão de obra escrava deveria aproximar-se de vinte por cento do capital fixo da empresa" (Furtado, 1995, p.43). Tal inversão de capital na aquisição da mercadoria-escravo propiciava aos comerciantes do tráfico uma renda significativa, ao passo que possibilitava a metrópole conseguir um saldo favorável na sua balança comercial, considerando as relações comerciais estabelecidas com a colônia, principalmente no que diz respeito ao comércio de escravos. Para Novais (1995, p.105) a "acumulação gerada no comércio de escravos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa 'mercadoria'."

De acordo com Alencastro (2000), Portugal foi um dos principais traficantes de negros para as colônias da América, porém não foi o único que participou desse negócio altamente

---

[7] Ver nota de rodapé sobre Martius, *In:* Prado Júnior (1994, p.232)

Digitized by Google

lucrativo. Países como Holanda, Inglaterra e principalmente Brasil, também tiveram sua participação no comércio do Atlântico Sul.

Inicialmente, os lusitanos dominaram o tráfico negreiro no Atlântico Sul, especialmente após a União Ibérica em 1580; no momento em que a coroa espanhola conferiu aos portugueses o monopólio do fornecimento de escravos, através dos contratos de "*asiento*", para as possessões da Espanha na América (Alencastro, 2000).

A presença do Brasil no tráfico de escravos também foi marcante. O tráfico de escravos realizados pelos brasileiros, segundo Novais (1994, p.116) já vinha ocorrendo desde o século XVII:

> O exemplo da Bahia é ainda mais típico: desde o século XVII, vinha se desenvolvendo e se avolumando o tráfico direto com a Costa da Mina, do qual ficavam praticamente excluídos os mercadores metropolitanos; o que se devia (...) ao fato de que os negociantes da Bahia encontravam na Costa da Mina mercado para o tabaco de terceira qualidade ("o refugo"), proibido em Portugal, e do qual detinham praticamente a produção; os holandeses, dominadores na região africana, tinham excluído os portugueses e só davam entrada aos ofertantes do tabaco que permitiam o tráfico negreiro.

As necessidades da colônia em relação à mão de obra escrava acabavam por atacar o monopólio metropolitano no que se refere ao fornecimento de escravos. Neste contexto, a cultura do tabaco era incentivada, o que privilegiava a posição dos negociantes da Bahia, que aos poucos iam se tornando independentes do Reino.

O tráfico baiano de escravos dava lugar a um amplo contrabando envolvendo os ingleses, holandeses e franceses na Costa da África. Ou seja, como eram os principais produtores de tabaco, produto preferido no continente africano, os traficantes baianos negociavam diretamente com os outros mercadores metropolitanos, quebrando o pacto colonial estabelecido pela metrópole portuguesa.

A princípio, o tabaco não tinha grande expressão enquanto produto de exportação. O quantitativo que não era exportado para a metrópole (o chamado refugo), os comerciantes brasílicos conseguiram um mercado lucrativo na Costa da África. Tal fato despertou a cobiça e o interesse dos mercadores lusitanos, uma vez que todo negócio lucrativo na colônia, pelo pacto colonial, deveria favorecer aos portugueses e não aos colonos. Além do mais, a utilização do tabaco como moeda de troca por escravos estava minando os interesses portugueses no continente africano. Para eliminar a concorrência dos americanos, os metropolitanos cobraram, através desta carta ao governador da Bahia, providências no sentido

Digitized by Google

de lhes conceder "privilégios e isenções" no comércio do artigo tabaco, para que efetivamente pudessem eliminar o contrabando baiano na Costa da África.

Em consonância com as ideias mercantilistas, o trecho desta carta apresenta "a definição do tráfico de escravos no quadro do colonialismo mercantilista" (Novais, 1994, p.194), no qual se devia formar um ramo do comércio colonial, neste caso o tráfico, que possibilitasse a acumulação de capital para a metrópole. No entanto, os principais artigos de troca que se estabeleceram no escambo com a África, foram o açúcar e principalmente o tabaco e a cachaça ou geribita. Inicialmente os portugueses reinaram absolutos no comércio negreiro, todavia, posteriormente os comerciantes brasílicos praticamente monopolizaram a produção do tabaco e da cachaça, estabelecendo comércio direto com a Costa da África, trocando esses produtos por negros e os transportando em suas próprias embarcações.

O tráfico de escravos brasílico também estava minando o "exclusivo metropolitano" português referente às importações de produtos manufaturados. O ofício de Martinho de Melo e Castro de 1785, atesta a fragilidade do comércio metropolitano ao confirmar que pelos "nocivos canais da África" os interesses portugueses sofrem um "jugo tão intolerável e injurioso" por parte de holandeses, ingleses e franceses, referindo-se às relações comerciais que esses países praticavam com comerciantes da Bahia e Rio de Janeiro.

Outro importante produto na pauta de escambo entre Brasil e África era a aguardente ou cachaça. Este produto era muito consumido na colônia, mas seu destino principal era a África. Prado Júnior (1994, p.38) afirma que além das destilarias anexas aos engenhos, havia também estabelecimentos produtores de aguardentes mais modestas – as chamadas *engenhocas* ou *molinetes.* Toda essa produção seria destinada principalmente "para as costas da África, onde servia no escambo e aquisição de escravos".

Outra região que produzia aguardente para escambo na África era o Rio de Janeiro. Aliás, a produção de aguardente no Rio é notável, ela vem, sobretudo, de Ilha Grande, Angra dos Reis e Parati. Esta última atingiu um padrão de qualidade que a aguardente passou a ser sinônimo de Parati (Prado Júnior, 2006).

Segundo Alencastro (2000), o período brasílico em Angola se caracterizou pela entrada da cachaça nos mercados africanos. Em 1679, a coroa Portuguesa proibiu o comércio da cachaça em Angola por considerar que havia concorrência com seu produto nobre: o vinho. Porém, dez anos depois a Câmara de Luanda, capital de Angola, solicitou ao Conselho Ultramarino que restabelecesse o comércio da cachaça por se tratar do principal produto no resgate de escravos. Em relação a essa proibição, a Câmara de Salvador e alguns governadores brasílicos se posicionaram contra tal medida metropolitana.

Digitized by Google

Em 1795, o comércio da cachaça em Luanda é liberado. Conforme estatísticas de J. C. Curto, do total de bebida alcoólica legalizada que entrou em Luanda no período de 1699 a 1703, 78,4% correspondia à cachaça. Ainda segundo Curto, a cachaça teria servido para adquirir 25% dos escravos exportados da África Central para a América Portuguesa entre 1710 e 1830. Outros estudos, como os realizados por J. Ribeiro Jr., P. Verger e outros, afirmam que 48% dos 2.027.000 escravos que entraram na América Portuguesa no período de 1701 a 1810 foram adquiridos na troca por tabaco ou cachaça (Alencastro, 2000).

A produção interna de artigos destinados ao escambo na África, teve papel importante no estabelecimento de circuitos internos dentro da colônia. Em artigo publicado no I Congresso de História Econômica, o economista Ronaldo Marcos dos Santos analisa a formação de "circuitos internos às economias coloniais" como consequência das próprias contradições do sistema colonial metrópole-colônia, inserindo nesta questão a concorrência do tráfico negreiro realizado pelos negociantes americanos.

A crescente expansão da rede interna de comércio colonial promoveu um aumento da demanda de escravos, favorecendo os traficantes tanto portugueses quanto brasílicos. Embora o tráfico de escravos buscasse atender especialmente a grande lavoura no Nordeste e à região das minas no período áureo do ouro, não se pode negar que o tráfico impulsionou a acumulação interna de capital bem como a dinamização de atividades produtivas e mercantis na América portuguesa. Assim, pode-se concluir que a escravidão no Brasil foi impulsionada pelos interesses não só da metrópole, mas também pelos interesses dos comerciantes e traficantes da colônia.

4.1.2 Estrutura da economia agroexportadora da Colônia

4.1.2.1 Sentido da colonização

A visão agroexportadora corresponde à posição defendida por alguns autores que consideram que a produção da economia colonial estava voltada especialmente para o mercado externo. Entre eles, destaca-se o trabalho de Prado Júnior (2006) que versa sobre o processo de formação sócio-econômica no período colonial. Compondo este grupo da visão agroexportadora, pode-se citar Celso Furtado, Fernando Novais, Gilberto Freire, Roberto Simonsen e outros.

No livro Formação do Brasil Contemporâneo, publicado em 1942, Prado Júnior apresenta uma argumentação que terá a finalidade de mostrar como a economia do período

Digitized by Google

colonial estava vinculada à condição de fornecer produtos primários para o mercado europeu, ratificando o "sentido da colonização" nos trópicos.

A expressão "sentido da colonização", para Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997), trata-se de uma noção intuitiva, para Prado Júnior a evolução de um povo é dotada de certo sentido e que a do Brasil esteve marcada pela colonização, já que esta foi fruto da expansão ultramarina que levou os europeus a descobrirem a América no século XV.

Prado Júnior (2006, p.31) considera que a colonização no Brasil tomou aspecto de uma "vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais (...) em proveito do comércio europeu". É no papel de fornecedor de matéria-prima que o Brasil será visto no plano internacional. Mais adiante Prado Júnior (2006, p.31-32) afirma que:

> Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante, depois, algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto.

Assim, o objetivo da exploração da colônia estava voltado exclusivamente "para fora do país"; e não havia outro pensamento senão aquele de produzir bens primários para fornecer ao comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização de que o Brasil é resultante.

Nessa perspectiva, o sentido da colonização determina a estrutura econômica da colônia, baseada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo. A monocultura e a grande propriedade andam juntas, pois o objetivo é maximizar o lucro através da produção em larga escala de um único produto; este voltado para exportação, o qual necessitava de grande extensão de terra para o sucesso do empreendimento[8].

Em suma, Prado Júnior (2006) considera que o Brasil fora uma grande empresa comercial voltada para a produção de gêneros primários com vistas a abastecer o mercado externo, baseada na estrutura da grande propriedade, monocultura e do trabalho escravo.

Em concordância com o sentido da colonização, Novais, citado por Gremaud, Saes e Toneto Jr. (1997) aprofunda a ideia de economia voltada para o mercado externo. Segundo esse autor, a expansão marítimo-comercial, em meados dos séculos XV e XVI, constituiu uma etapa de transição do feudalismo para o capitalismo, porém não significou apenas isso. A necessidade de formar capital suficiente para alavancar o processo de industrialização, o que

[8] Segundo Prado Júnior, a grande propriedade se impõe também por ordem técnica, não somente por questões da distribuição de terras no período:"há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados." (Prado Júnior *apud* Gremaud; Saes; Toneto Júnior, p. 14).

Digitized by Google

se evidencia alguns séculos depois, fez com que os países europeus empreendessem na América um projeto de colonização que faria parte do processo de acumulação primitiva de capital.

A acumulação primitiva de capital ocorria mediante o monopólio colonial, estabelecido entre a metrópole e a colônia. Esse monopólio, também conhecido como exclusivo metropolitano[9], funcionava como principal mecanismo de funcionamento do sistema colonial, permitindo à metrópole absorver os excedentes da colônia através da compra exclusiva dos produtos coloniais.

Em consonância com Novais, Furtado (1995) considera que a ocupação econômica das terras americanas foi resultado do processo de expansão marítimo-comercial que se iniciou em meados do século XV. A partir desse momento, couberam às potências ultramarinas ocupar efetivamente suas possessões, sob ameaça de perdê-las para outras nações europeias interessadas em explorar economicamente o Novo Mundo. Nesse contexto, Portugal decide explorar economicamente o Brasil como parte integrante do seu comércio colonial:

> (...) a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu. (Furtado 1995, p.08).

De acordo com Furtado (1995, p.09), Portugal decidiu pela exploração comercial da cana-de-açúcar porque já tinha experiência na produção da especiaria nas ilhas do atlântico. O conhecimento técnico na produção do açúcar favoreceu o empreendimento na colônia americana, inclusive fez com que Portugal fomentasse sua indústria a produzir equipamentos necessários para os engenhos açucareiros. Para a efetiva exploração dessa atividade econômica em sua colônia, Portugal contou com o financiamento dos holandeses para a comercialização e a produção de açúcar nos trópicos:

> Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países-Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como na importação de mão de obra escrava (Furtado, 1995, p.11).

---

[9] O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia metropolitana. Este mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia colonial metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais ancilares. Efetivamente, detendo a exclusividade de compra dos produtos coloniais, os mercadores da mãe-pátria poderiam deprimir na colônia seus preços até o nível abaixo do qual seria impossível continuar o processo produtivo(...). Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta dos produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preços de mercado na Europa, podiam revendê-los na colônia pelo mais alto preço(...); repetia-se pois aqui o mesmo mecanismo de incentivo da acumulação primitiva de capital pelos empresários da mãe-pátria (Novais, 1995, p.88- 89).

Digitized by Google

Desde o início o "empresário açucareiro teve, no Brasil, (...) que operar em escala relativamente grande" (Furtado, 1995, p.47). Isso porque as condições da nova terra não permitiam que se trabalhasse com número reduzido de trabalhadores. Para haver efetivamente um retorno que compensasse a "inversão de capital" na colônia, era preciso equipamentos e mão de obra especializados e em grande quantidade. Somente com uma atividade econômica em larga escala, como a empresa açucareira, a metrópole conseguiria obter lucros excedentes, capazes de fomentar a ocupação econômica do território colonial.

4.1.2.2 Economia do açúcar

A estrutura dos engenhos de açúcar se enquadra na definição de Prado Júnior (2006) sobre a economia colonial: monocultura, trabalho escravo e grande lavoura. O traço essencial das grandes lavouras é a produção em larga escala. Cada unidade produtora, composta de grandes extensões de terra e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma fábrica, com organização coletiva de trabalho e especializações. A estrutura do engenho no Nordeste colonial era uma verdadeira organização fabril, com seu conjunto de máquinas e equipamentos, no qual se fazia a manipulação da cana e o preparo do açúcar.

De acordo com Prado Júnior (2006, p.146) o engenho é "uma organização complexa e dispendiosa (...) o seu valor, com todo aparelhamento, terras, culturas e benfeitorias, atinge no litoral, 7 a 8.000 libras esterlinas; e 3 a 5.000 no interior". O engenho compreende numerosas construções e instalações, como moenda, caldeira, casa de purgar, além da casa grande que é a habitação do senhor.

Para Ferlini (*apud* Szmrecsányi, 2002, p.23) o "engenho foi o pólo aglutinador da sociedade açucareira nos primeiros séculos de colonização, ordenando a propriedade e o uso da terra em função da dinâmica do grande comércio". Ele acrescenta que essa organização colonial requisitava capitais de vulto e o empreendimento colonial português associou ao Estado largos recursos e homens para fins de produção em larga escala, capazes de remunerar altamente os capitais investidos na produção açucareira.

Os custos de produção de um engenho, em meados do século XVII, com capacidade para moer 200 tarefas de cana anualmente (cerca de 10.000 arrobas de açúcar) ficavam em torno de 48.000 cruzados[10]. Para isso, era necessário atrair outros pequenos produtores que

[10] Estimativa feita por Fréderic Mauro, com base em J. Lúcio Azevedo e no Padre Estevão Pereira. *In:* FRÉDERIC, Mauro. **Portugal, le Brèsil et l´Atlantique au XVII siècle**. Paris: Gulbenkian. 1983, p. 243. Essa citação consta no artigo de Ferlini *apud* Szmrecsányi (2002, p.25).

Digitized by Google

cultivavam a cana-de-açúcar e eram importantes dentro da organização colonial. Sobre este componente da vida colonial se fará uma análise pormenorizada mais adiante.

Ferlini (1994) afirma que os comerciantes europeus adiantavam recursos para os senhores de engenho e em troca compravam a safra antecipada do açúcar, chegando a lucrar na metrópole de 85 a 100% do preço pago na colônia. Esses mercadores, principalmente holandeses, antecipavam os recursos tendo em vista a garantia da produção do açúcar, sob cotações extremamente baixas, além de fixarem para os empréstimos taxas de juros de até 4% ao mês.

O comércio triangular envolvendo Europa, Brasil e África, em meados do século XVI, favorecia diretamente os comerciantes europeus. Navios partiam de Lisboa carregados de produtos manufaturados e bugigangas para a Costa da Guiné. Nos portos africanos esses produtos eram trocados por escravos que eram levados ao Brasil para abastecer os engenhos. Nos portos brasileiros tais navios embarcavam o açúcar com destino à Europa.

Em princípio do século XVIII, Antonil (*apud* Ferlini, 2006) cristalizou o sentido da colonização, ao afirmar que "os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente".

A captura de negros na África atendia aos interesses da economia escravista agroexportadora, com vistas a estabelecer um contingente de mão de obra que possibilitasse garantir altas taxas de retorno para seus produtores e financiadores. O trabalho do negro era fundamental para o funcionamento da economia açucareira. Prado Júnior (2006) afirma que o trabalho na lavoura canavieira era todo escravo, havia apenas um pequeno número de trabalhadores livres nas funções especializadas ou de direção. O número de escravos empregados por engenho era de no mínino 80 e, na época, quem possuísse menos disso era considerada fraco.

Do ponto de vista econômico, a substituição do assalariado por escravos era vantajosa. Um plantel, por exemplo, de 100 escravos processava uma tarefa diária de cana, produzindo cerca de 30 formas de açúcar, obtendo-se ao final da safra cerca de 4500 arrobas de açúcar. Considerando um preço médio de 1.000 réis a arroba, cada escravo produzia um total de 40.000 réis anuais. Ao se estimar um custo de manutenção da ordem de 4.500 réis por ano, ao final de oito anos de vida útil, cada negro representava um desembolso de 80.000 réis – sendo 44.000 pela compra e 36.000 pela manutenção (Ferlini, 2006, p.60-61).

Nesse mesmo período, o valor gerado pelo trabalho do escravo ficaria em torno de 320.000 réis. Por outro lado, um trabalhador assalariado, percebendo 40.000 réis anuais,

Digitized by Google

contabilizaria um custo total de 320.000 réis num mesmo período, isto é, em 8 anos. Em termos absolutos, o escravo repunha seu valor inicial (de 44.000 réis), após 14 meses de trabalho.

As condições de trabalho no engenho, em meados do século XVII, eram sofríveis, "chocava a imagem de pesadelo, do trabalho nos engenhos do açúcar. Fogo, suor, negros, correntes, rodas, caldeiras ferventes compunham o quadro de labor (...), diuturnamente, nos meses de safra" (Ferlini, 2006, p.45). A jornada de trabalho estendia-se aos limites da exaustão física: moendo ininterruptamente, utilizavam dois turnos de trabalhadores. No período da safra o engenho operava até 20 horas por dia, parando apenas quatro horas para limpeza e manutenção dos equipamentos.

O negro, na visão da economia agroexportadora, surge como um animal racional, capaz de realizar basicamente tarefas manuais, a fim de suprir a necessidade de mão de obra que até então se apresentava. Em análise sobre o montante de capital investido na colônia, o economista Furtado (1995, p.43) faz referência à mão de obra do escravo quanto um *capital fixo* que, segundo ele, "deveria aproximar-se de vinte por cento do capital fixo da empresa".

Nessa mesma perspectiva, referindo-se à economia açucareira, Furtado (1995, p. 49) afirma que a mão de obra escrava "pode ser comparada com as instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos". Nesse sentido, esteja a fábrica (o escravo principalmente), trabalhando ou não, os gastos em manutenção devem ser efetuados. Em seguida acrescenta:

> Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem (...). Tais tarefas vinham a ser obras de construção, aberturas de novas terras, melhoramentos locais e etc.

Uma vez realizada a aquisição do escravo, era necessária a utilização dos seus serviços a fim de se obter o maior retorno possível, considerando que o escravo era um "bem de consumo", como um automóvel atualmente. Furtado (1995) estima que o escravo teve uma vida útil média de oitos anos. Nesse período, além do trabalho no engenho, o cativo se ocupava de outras atividades determinadas pelo senhor de engenho. Uma delas era a produção de alimentos tanto para consumo próprio como de outros.

A autosuficiência dos engenhos bem como a alta concentração de renda, gerava grandes dificuldades para o fluxo de renda monetária na colônia. "A renda que se gerava na

Digitized by Google

colônia estava fortemente concentrada em mãos da classe de proprietários de engenho" (Furtado, 1995, p.44). Acrescenta-se a isso que 90% da renda gerada pela economia açucareira se concentrava nas mãos dos senhores de engenho e plantadores de cana.

O investimento feito numa economia agroexportadora-escravista é um fenômeno inteiramente distinto. Uma parte do capital é despendida na aquisição de mão de obra e a outra na compra de equipamentos e materiais de construção, ambos oriundos do exterior.

A colônia teria alcançado no final do século XVI, segundo Furtado, uma renda total de 2,5 milhões de libras, sendo que a renda líquida correspondia a 2 milhões de libras esterlinas. Para se ter uma ideia da concentração de renda no setor açucareiro, estima-se que, nesse período, a renda bruta dessa economia ficou em cerca de 1,5 milhões de libras esterlinas. Ao passo que 10% desse valor era gasto em salário, compra de gado, lenha etc.; e 120.000 na reposição de fatores importados, contabilizando uma renda líquida em torno de 1,2 milhões de libras. Subtraindo-se 600 mil libras dos pagamentos realizados na aquisição dos produtos importados pelos senhores de engenho, restam outros 600 mil que possivelmente correspondessem à remuneração dos juros e pagamento de empréstimos aos comerciantes metropolitanos.

Quadro 3 – Total das exportações de açúcar entre 1570- 1760

Data	Número de Engenhos	Exportação em arrobas	Preço em Lisboa	Valor em libras
1570	60	180 000	1$400	270.406
1580	118	350 000	-	528.181
1600	200	2 800 000	-	-
1610	400	4 000 000	-	-
1630	-	1 500 000	-	2.454.140
1640	-	1 800 000	-	3.598.860
1650	-	2 100 000	-	3.765.620
1670	-	2 000 000	-	2.247.920
1710	650	1 600 000	2$400	1.726.230
1760	-	2 500 000	-	2.379.710

Fonte: Ferlini (1994, p.76).

A economia açucareira viveu momentos de apogeu, principalmente antes da expulsão dos holandeses do Nordeste em 1650, atingindo rendimentos em torno de 3,8 milhões de libras nesse ano. Porém, em 1710, com a concorrência das Antilhas, o total das exportações de açúcar atingiu apenas 1,8 milhões de libras (ver quadro 3). Mesmo no período de declínio o

Digitized by Google

açúcar foi importante para Portugal. No sentido de mostrar a evolução da atividade açucareira, a autora de "A civilização do Açúcar" afirma: "Calculada sua contribuição para os cofres metropolitanos, verifica-se que até o século XVIII o açúcar havia gerado uma renda de cerca de 300 milhões de libras esterlinas" (Ferlini, 1994, p. 76-77).

Todo esse montante foi gerado graças ao trabalho compulsório do negro nos engenhos de açúcar e na região das minas, muitas vezes em condições precárias e desumanas

4.1.2.3 O negro na economia mineira: maior mobilidade social

A descoberta de ouro nas Minas no final do século XVII, mais precisamente na região de Vila Rica (atualmente Ouro Preto - MG), despertou o interesse da metrópole em estabelecer uma política de exploração do minério por intermédio de uma estrutura administrativa opressiva. Na concepção de Prado Júnior (2006, p.169) a mineração faz parte do projeto colonizador metropolitano.

A mão de obra utilizada nas minas era de origem africana. Seguindo o exemplo da economia açucareira, nas minas a demanda por escravo aumentava, ao passo que migraram muitos escravos do nordeste para a região mineira, além, obviamente dos escravos trazidos diretamente da África via tráfico.

Furtado (1995) diz que em nenhum momento a população escrava tornou-se a maioria da população. Porém, na região mineira, a forma como se organizou o trabalho permitiu ao escravo uma maior iniciativa, além de circular num meio social mais complexo. Além disso, muitos escravos trabalhavam por conta própria, repassando ao seu senhor uma quantia fixa periodicamente. Dessa forma, como acumulava um excedente, o escravo poderia comprar sua liberdade com o excedente que produzia.

O trabalho do escravo mineiro era penoso. Passava boa parte do tempo "curvado em dois (...) mantendo os pés dentro d´água". Havia situações em que o escravo mais jovem, pelo fato de estar em fase de crescimento, acabava por tornar-se "cambaio"[11], isto é, deformado por toda vida. Mattoso (2003) afirma que o trabalho nos garimpos era tão duro quanto nas fazendas para o escravo.

A exploração do ouro nas Minas dependia da quantidade de escravos. O senhor que tivesse o maior número de escravos conseguia as melhores "datas", isto é, os lotes de terreno

[11] O escravo adolescente tornou-se cambaio pela má postura durante o trabalho no garimpo. Como era um trabalho muito penoso e dentro da água o escravo acabava ficando com deformações no corpo (Mattoso, 2003, p.136).

Digitized by Google

aurífero. Prado Júnior (2006, p.175) afirma que ao se descobrir uma jazida, o fato era comunicado às autoridades da Intendência de Minas para que esta pudesse distribuir as datas, segundo o critério de sorte e número de escravos. A Fazenda Real concedia o primeiro lote ao descobridor da jazida e depois separava para si uma data que posteriormente seria vendida. Em seguida, eram repartidas as outras datas entre os demais senhores proprietários de escravos.

Por volta de 1760, a região mineira alcançou seu ponto máximo em termos de produção e exportação de ouro. Furtado (1995, p.78) diz que nesse período o volume de exportação de ouro atingiu "2,5 milhões de libras". A renda nacional atingiu cerca de "3,6 milhões de libras na etapa da grande prosperidade". A década do auge do ouro na região das Minas foi entre 1750 e 1760, que em média exportava 2 milhões de libras.

Analisando a economia mineira sob a perspectiva do "sentido da colonização", o economista Furtado (1995, p.78-79) considera que a renda média dessa região era inferior à da região açucareira, no entanto, a renda na região mineira estava menos concentrada, potencializando o surgimento de um mercado interno, principalmente de produtos de consumo.

Havia uma diferença na pauta de consumo das regiões; enquanto no nordeste açucareiro se consumia toda a renda com artigos de luxo, oriundos da metrópole, nas Minas imperava a aquisição de bens de consumo, devido a população livre ser maior e com menor concentração de renda. Acrescenta-se a isso que "esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno" (Furtado, 1995, p.78-79). Todavia, o "desenvolvimento endógeno", isto é, a existência de um mercado interno na colônia foi praticamente nula, conclui o economista paraibano.

4.1.2.4 Ciclo do algodão

No contexto da economia colonial, o algodão surge como mais um produto agrícola que se estabeleceu nas bases do trabalho escravo, da grande propriedade e da monocultura voltada para o mercado externo.

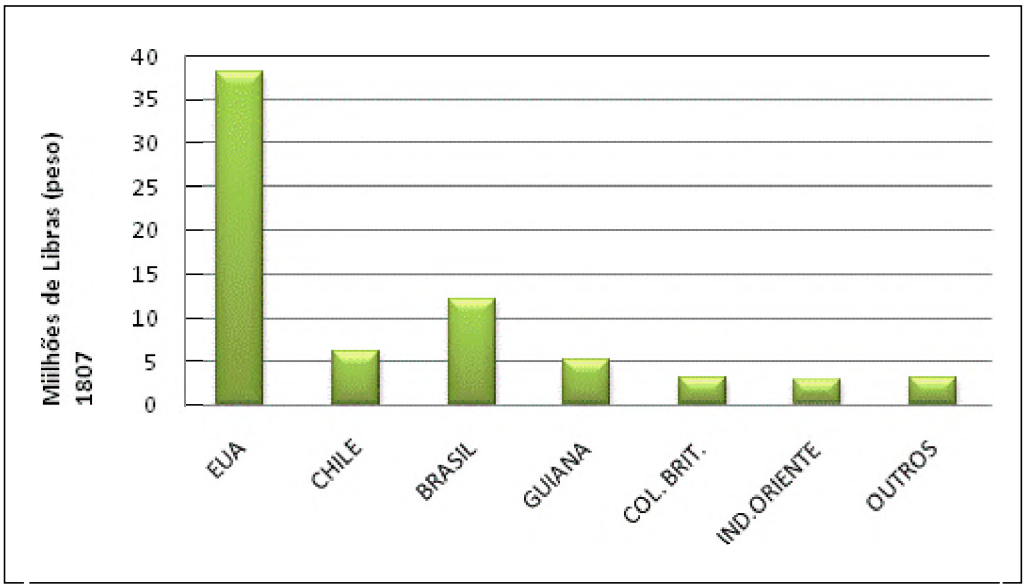
A primeira remessa de algodão para o mercado externo data de 1760, proveniente do Maranhão, totalizando cerca de 651 arrobas. Mais tarde, em 1778, a capitania de Pernambuco e a Bahia também se tornaram importantes produtoras de algodão (Prado Júnior, 2006, p.

Digitized by Google

149). Em meados do século XVIII e início do século XIX, a Inglaterra se destacava como o principal mercado consumidor de algodão:

Gráfico 1

Quantidade importada de algodão pela Inglaterra em milhões de libras (peso) – 1807



Fonte: Elaboração própria a partir: Prado Júnior (2006, p.150).

Através do gráfico 1 vê-se que o Brasil se tornou um importante exportador de algodão para o principal consumidor mundial - a Inglaterra. Conforme Furtado (1995, p.91), esse avanço na produção de algodão no Brasil foi possível graças a uma nova conjuntura internacional no final do século XVIII. O mercado mundial de produtos tropicais - especialmente o algodão – se expandiu devido à Guerra de Independência dos Estados Unidos e logo em seguida a Revolução Industrial inglesa.

O Maranhão foi a principal área produtora de algodão da Colônia nesse período. O governo de Pombal, a fim de manter o privilégio do monopólio do comércio do algodão, criou em 1756 a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão; uma empresa altamente capitalizada que fomentava a produção através de recursos financeiros e mão de obra escrava. Segundo Prado Júnior (2006, p.150), o "algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão". Nessa mesma corrente, Furtado (1995, p.91) afirma que a "ajuda financeira [da companhia de comércio] permitiu a importação em grande escala de mão de obra africana, o que mudou completamente a fisionomia étnica da região".

Inicialmente, a mão de obra empregada na lavoura de algodão era indígena. Apesar do Marquês de Pombal não ver com bons olhos os jesuítas, não admitiu a utilização de índios, preferindo escravizar o negro, atendendo aos interesses do tráfico negreiro. Conforme se pode

Digitized by Google

observar, o negro apareceu como a mão de obra que melhor atendeu aos interesses da grande lavoura de exportação, seja pela sua utilização na lavoura algodoeira e/ou principalmente para garantir os lucros metropolitanos por intermédio do tráfico de escravo.

4.2 A mais-valia na colônia

4.2.1 A mais-valia do escravo e o capital Escravista-Mercantil

Para se compreender a economia colonial do ponto de vista do modo de produção, é preciso primeiro entendê-la como parte integrante do sistema colonial. Segundo Novais (1995, p.57), o sistema colonial apresenta-se "como o conjunto das relações entre metrópoles e suas respectivas colônias". Tais relações se estabelecem principalmente no plano econômico, ao passo que as colônias deviam se "constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole". Assim, cabia às colônias organizar suas economias para atender aos interesses do mercado externo, isto é, fornecer produtos primários ou metais preciosos para as metrópoles europeias.

Essa expansão colonizadora europeia assume a forma mercantilista de colonização, cabendo ao capital comercial promover a acumulação primitiva de capital nas colônias americanas. Pelo mecanismo da acumulação primitiva seria possível a obtenção do saldo positivo na balança comercial das metrópoles, além de engendrar as bases do capitalismo industrial (Novais, 1995, p.58).

A expansão ultramarina e a colonização do Novo Mundo constituem os traços marcantes da história entre os séculos XVI e XVIII. No que se refere à vida econômica, o momento era de transição - entre a dissolução da estrutura feudal e o surgimento da produção capitalista. Esse período "configura-se a etapa intermediária que já se vai tornando usual chamar-se capitalismo mercantil, pois é o capital comercial, gerado mais diretamente na circulação das mercadorias que anima toda a vida econômica" (Novais, 1995, p. 62-63).

Para Marx (*apud* Costa; Pires, 1995, p.01) o capital comercial é uma das três formas que o capital pode assumir: capital usurário (ou de empréstimo), capital industrial e o capital comercial. Este e o comércio "são anteriores ao sistema de produção capitalista e constituem na realidade a modalidade livre de capital mais antiga de que nos fala a história".

O capital usurário corresponde à outra forma antiga de capital, precede ao sistema capitalista e se apresenta como irmão gêmeo do capital comercial. Por último, o capital industrial corresponde ao próprio modo de produção capitalista, ao passo que ocorre a

Digitized by Google

separação entre a força de trabalho e os meios de produção. Para Marx, quando o capitalista detém em suas mãos os meios de produção, só resta uma alternativa para os trabalhadores: vender sua força de trabalho.

Nessa mesma linha teórica, Costa e Pires (1995, p. 01-02) defendem a existência de uma quarta forma de capital: o capital escravista-mercantil. Segundo os autores, essa quarta forma de capital pode-se inferir dos próprios escritos de Marx, especialmente quando este fala sobre o desenvolvimento do comércio e do capital comercial:

> En el mundo antiguo, los efectos del comercio y el desarrollo del capital comercial se traducen siempre en la economia esclavista; y según el punto de partida, conducen simplemente a la transformación de un sistema esclavista patriarcal, encaminado a la producción de medios directos de subsistencia, en un sistema orientado hacia la producción de plusvalía (Marx *apud* Costa; Pires, 1995, p. 02)

No escravismo clássico, Marx admite a existência da exploração da mais-valia. Analogamente, percebe-se que a exploração da mais-valia ocorre igualmente na sociedade escravista do Novo Mundo:

> Por eso en los estados norteamericanos del sur el trabajo de los negros conservó cierto carácter patriarcal, mientras la producción se circunscribía sustancialmente a las propias necesidades. Pero, tan pronto la exportación de algodón pasó a ser un resorte vital para aquellos Estados, la explotación intensiva del negro se convirtió en factor de un sistema calculado y calculador, llegando a darse casos agotarse en siete anos de trabajo la vida del trabajador. Ahora, ya no se trataba de arrancarle una cierta cantidad de productos útiles. Ahora todo giraba en torno a la producción de plusvalía por la plusvalía misma.

Marx percebe que o escravismo instaurado no sul da colônia americana tinha a função específica de produzir algodão para atender aos interesses dos latifundiários sulistas. Para isso, submetiam o negro a uma intensa jornada de trabalho, explorando sua força de trabalho até a exaustão com vistas a obter o máximo de produção e, conseqüentemente, o maior lucro possível.

Segundo Costa e Pires (1995, p.02), outro pesquisador que se aproximou da categoria capital escravista-mercantil foi Castro (*apud* Costa; Pires, 1995, p. 02):

> O processo de trabalho num engenho escravista do século XVI é similar a de uma grande lavoura (plantation) capitalista contemporânea. Além disto, mais se assemelha ao processo de trabalho numa grande fábrica inglesa do início do século XIX, que o (processo de trabalho) característico dos séculos XVI E XVII na Europa. Consequentemente, é lícito afirmar que, inserido no processo de produção material, o escravo constitui uma antecipação do moderno proletário.

Digitized by Google

A análise comparativa entre as duas unidades produtivas: o engenho e a fábrica capitalista - revela pontos em comum entre o moderno escravismo colonial e o sistema capitalista, principalmente do século XIX. Acrescenta ainda que no escravismo colonial o senhor de engenho dedicava-se à produção de produtos para suprir "necessidades" que não tinha nada haver com suas próprias vontades. Outro aspecto relevante é o fato do escravismo moderno ter surgido acoplado ao capitalismo, seja como fornecedor de matéria-prima ou metais preciosos para a acumulação primitiva, da qual se beneficiou o capital industrial.

Escravismo e capitalismo não são incompatíveis, afirmam Costa e Pires (1995, p. 04). Na verdade, a escravidão apenas retarda o desenvolvimento do capitalismo; por isso ela estava fadada ao desaparecimento. O escravismo é encarado como uma "anomalia frente ao sistema burguês" porque utiliza trabalho escravo. Porém, no mundo moderno, "a produção de mercadorias alicerçadas na mão de obra escrava só se tornou possível por tratar-se de produção voltada, essencialmente, para exportação (...), sobretudo, aos mercados da Europa".

A aludida forma de capital só pôde emergir devido a algumas condições: a) existência prévia do escravismo e do tráfico negreiro; b) ausência de alternativa para substituição da mão de obra escrava (do ponto de vista econômico); c) existência de mercados consumidores (Europa); d) indivíduos ou empresários dispostos a montar um empreendimento nos trópicos; e) indivíduos dispostos a financiar a empresa colonial (Costa; Pires, 1995, p.09).

Discutida a quarta forma de capital – o capital escravista-mercantil –, faz-se necessário apresentar o processo de geração da mais-valia na colônia, considerando que o escravismo moderno colonial é parte integrante do sistema capitalista. Seguindo essa linha teórica, pode-se inferir que houve a apropriação da mais-valia do escravo, tanto da parte do senhor de escravo quanto do comerciante metropolitano.

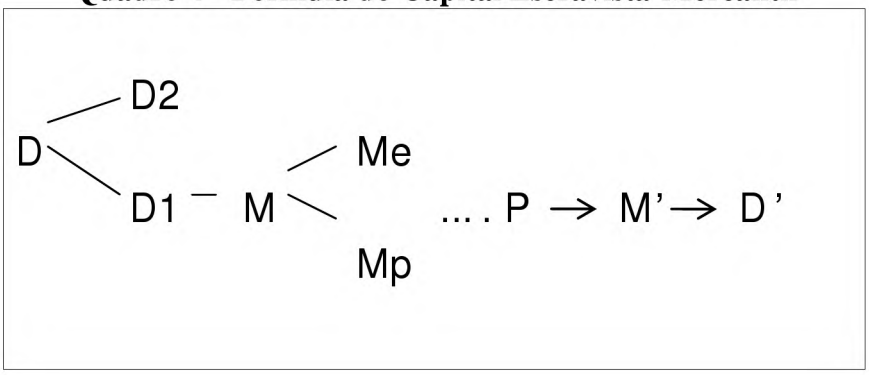
A utilização da "mais-valia como capital, ou retransformação da mais-valia em capital, é o que se chama acumulação de capital" (Marx, 1982, p.147). Na perspectiva marxista, a acumulação de capital divide-se em reprodução simples e reprodução ampliada. Dowbor (1982, p.22) afirma que:

> A reprodução ampliada do capital permite, portanto, a acumulação progressiva da capacidade de produzir riqueza, ou seja, bens e serviços. Por sua vez, para que haja reprodução ampliada de capital, é essencial a formação do excedente.

Baseados na ideia de acumulação de capital, observando o ciclo de reprodução do capital, Costa e Pires (1995, p.11) constroem a fórmula do capital escravista-mercantil:

Digitized by Google

Quadro 4 - Fórmula do Capital Escravista-Mercantil



Fonte: Costa e Pires (1995, p.11)

Onde:

D = capital-dinheiro.

D1 = gastos na compra de mercadorias.

D2 = gastos de aquisição do plantel.

M = capital-mercadorias.

Me = mercadorias destinadas ao sustento da escravaria.

Mp = meios de produção

P = capital-produtivo

M´ = capital-mercadorias, em termos concretos: mercadorias resultantes do processo produtivo.

D´ = capital-dinheiro valorizado, ou seja: resultado da realização do preço de M´

Para este modelo do capital escravista-mercantil, observa-se que o processo cíclico de reprodução do capital não difere do apresentado por Marx para o capital industrial. A fórmula mostra que o escravista surge como comprador de mercadorias destinadas à produção (D - M). Neste momento há que se fazer algumas observações, pois no escravismo o senhor de escravo tem que destinar parte do (D) capital inicial para aquisição do plantel. Essa parcela é representada por D2. Segundo Gorender (*apud* Costa e Pires, 1995, p.11), essa parcela não pode ser considerada como capital, pois a "inversão inicial na compra do escravo não funciona como capital." Seria incorreto atribuir, chamar esse valor de imobilizado porque daí estaria se considerando o escravo um capital fixo. Enfim, ele define essa quantia despendida na compra do escravo como capital-esterilizado.

A outra parte do capital (D1) é utilizada para compra ou manutenção de equipamentos de produção (Mp) e as despesas com alimentação, vestuário e subsistência dos escravos (Me).

Digitized by Google

Conforme Marx (*apud* Costa e Pires, 1995, p.11) "o escravo recebe em espécie os meios de subsistência necessários para a sua manutenção (...) em valores de uso. O trabalhador livre recebe-os sob a forma de dinheiro, do valor de troca; da forma social abstrata da riqueza". Nesse sentido, o escravo não recebe um salário monetário, mas em forma de subsistência que o próprio escravista fica responsável em provê-lo, seja pela compra direta para o sustento do trabalhador ou cedendo um pedaço de terra para que o escravo plante seu próprio alimento[12].

No segundo momento da reprodução de capital, o escravista combina os fatores adquiridos no primeiro momento e os transforma em capital-produtivo (P) que, por sua vez, se torna em M' (capital-mercadoria). Esse é acrescido do excedente gerado no processo de produção, a chamada mais-valia (D). Neste estágio o capital-mercadoria (M'), resultante do processo produtivo, incorpora a mais-valia decorrente desse processo de reprodução do capital.

De acordo com Pires e Costa (2007, p.13), a mais-valia gerada no processo produtivo do capital escravista-mercantil (D) "deve ser capaz, portanto, de proporcionar, não só o lucro líquido do escravista, mas, também, o montante de capital necessário para aquisição ou reposição dos escravos (D2)". Assim, considera-se que o gasto inicial despendido na compra de escravos deve ser descontado da mais-valia retirada do escravo.

4.2.2 O mercado doméstico e a mais-valia

A integração econômica da colônia através dos circuitos mercantis, propiciados pela existência da pecuária, do comércio de muares, da agricultura de subsistência e de outros produtos coloniais, favoreceu a integração endógena dos circuitos de comércio interno.

A existência de um mercado doméstico revela aspectos importantes sobre a colônia, sobretudo no que se refere à possibilidade de formação de um excedente, oriundo da exploração econômica de livres e escravos, assim como permitiu a ocorrência de um processo interno de acumulação de capital.

De acordo com Costa (1995), o modelo interpretativo exportacionista, que tem como seu maior representante Caio Prado Júnior, não deu conta de explicar o conjunto da realidade colonial. A constituição econômica da sociedade colonial não foi apenas um empreendimento erigido pelo capital comercial com vistas à exploração de produtos tropicais para abastecer a metrópole europeia, tornando-se dela totalmente dependente. Todavia, "tratava-se de uma

[12] Os autores referem-se naturalmente aos escravos que trabalham para ele. Segundo a tradição, o senhor costuma deixar o domingo para os cativos cultivarem suas terras (Costa e Pires, 1995, p.13).

Digitized by Google

economia com expressivos traços de integração endógena e que comportava uma gama de atividades produtivas voltadas para o atendimento de suas próprias necessidades" (Costa, 1995, p.14). Nesse sentido, esta mesma economia possuía artifícios internos de acumulação.

Segundo Linhares e Silva (*apud* Costa, 1995, p.11) o estudo da economia colonial, especialmente no setor de agricultura de subsistência, permite ao pesquisador "revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por detrás da *casa grande* (por vezes da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei". Assim, a produção e comercialização para o mercado interno não podem ser ignoradas, embora não recebam o mesmo destaque da parte de Furtado (1995) e Prado Júnior (2006). O primeiro chega a afirmar que uma dessas atividades, como a pecuária, por exemplo, representava um mercado de ínfimas dimensões, pois o alto grau de especialização da cultura açucareira tornava a pecuária e a agricultura de subsistência atividades antieconômicas. Por sua vez, Prado Júnior (2006, p.161) reconhece a existência da pecuária e da agricultura de subsistência como atividades econômicas subsidiárias de menor expressão na colônia. Veja o que Prado Júnior (2006, p.161) afirma sobre essa última:

> A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização.

É necessário destacar que a pecuária, embora fosse uma atividade econômica secundária na colônia, teve um importante papel no processo de ocupação territorial no nordeste brasileiro.

Em contraponto à visão dos dois últimos autores, Fragoso, citado por Costa e Motta (1995) relata sobre a existência de um "mercado doméstico" que introduz segmentos produtivos voltados para o abastecimento interno, capazes de realizar reprodução endógena de capital na economia colonial. Em última análise, defendem que há possibilidades de inferências a respeito da retenção de sobretrabalho dentro da própria economia local, tornando-a independente em relação às flutuações da economia mundial.

A possível formação de excedente na colônia, no mercado interno, pode-se depreender desde os circuitos da pecuária nordestina até às estâncias gaúchas que produziam charque e muares a fim de abastecer, principalmente, o Centro-Sul. Neste caso, o excedente é resultante da exploração do trabalhador, seja ele livre ou escravo, na qual sua força de trabalho é usada na produção de um excedente que beneficiará diretamente os proprietários dos meios de produção.

Digitized by Google

A terra pertencia aos grandes proprietários de escravos que instalavam ao redor de suas fronteiras pequenos sitiantes, chamados de agregados ou pequenos produtores. Esses se dedicam à produção de subsistência e o excedente da produção era vendido no mercado interno. Produzindo "sistematicamente para os mercados locais também estavam pequenos e médios proprietários, muitos dos quais contavam com o concurso de uns poucos escravos, enquanto outros utilizavam, apenas, a mão de obra familiar" (Costa, 1995, p.11).

Nessa perspectiva, pode-se até pensar em "proprietários relativamente grandes, a utilizar sistematicamente o trabalho escravo e cujos proprietários, certamente, pautavam-se pela perspectiva de acumulação de capital" (Costa, 1995, p.11). Para tanto, alguns estudos[13] mostram que, grosso modo, proprietários de menor porte, em algumas áreas, "vendiam seus eventuais excedentes (...) cerca de 30% a 40% da produção total de gêneros alimentícios," para os mercados locais.

O volume de produção comercializado no mercado interno seja através da pecuária, da agricultura de subsistência, da produção pelo sistema de arrendamento ou venda dos serviços de escravos e forros na urbe, permitiu aos produtores e aos senhores proprietários de terra (neste caso os senhores de engenho, mineradores) obterem um excedente (mais-valia) de modo a constituir um D' capaz de propiciar acumulação de capital nos circuitos mercantis da colônia.

4.3 A importância do negro nos negócios coloniais

Neste capítulo, apresenta-se a figura do negro sob a perspectiva das relações internas que ele estabeleceu com os demais segmentos sociais da sociedade colonial. Há que se destacar que este estudo não tem por objetivo fazer incursões históricas referente ao período, mas apenas situar a condição econômica do negro no contexto da sociedade colonial.

Alguns negros conseguiram gozar de uma situação 'privilegiada' na sociedade colonial, embora tivessem origem comprometedora, no que se refere à sua condição de ex-escravo ou filho de escravo. Porém, desempenharam um papel muito importante nas relações internas da colônia.

[13] Costa (1995, p.12), repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior.

Digitized by Google

4.3.1 O excedente do cativo

Era costume entre alguns senhores de engenho conceder um dia da semana para que os escravos pudessem lavrar a terra a fim de garantir seu próprio sustento, além de proporcionar ganhos para formação do pecúlio que posteriormente lhe garantiria uma possível alforria. Nas palavras de Antonil (*apud* Costa, 1995, p.15)

> Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com ele o feitor; e isto serve para que não padeçam fome nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha.

Alem de compor a mão de obra da grande lavoura açucareira, os negros também participavam do que Costa (1995) denominou de "sistema social mais amplo", referindo-se a um sistema interno de abastecimento de gêneros básicos de alimentação, serviços e produção artesanal que atendia às necessidades internas da colônia. No entanto, para a historiografia tradicional tal circuito era inexistente ou muito insignificante.

Do ponto de vista do senhor de escravo, esse sistema era compensador. O fornecimento de alimento para o escravo era uma despesa relativamente dispendiosa para o senhor de engenho, que de certo modo reduzia seus lucros. O fato de doar um pedaço de terra para o escravo cultivar seu próprio alimento, reduzia seus custos de produção, além de tornar o escravo mais "dócil" e eficiente no seu trabalho diário. As palavras do Barão de Pati do Aferes esclarecem a este respeito:

> Estas suas roças, e o produto que delas tiram, fazem-lhes [os *escravos*] adquirir certo amor ao país, distrair um pouco a escravidão, e entreter-se com esse seu pequeno direito de propriedade. Sem dúvida, o fazendeiro, enche-se de certa satisfação quando vê chegar o seu escravo da sua roça trazendo o seu cacho de banana, o cará, a cana etc (*apud* Costa, 1995, p.16).

Estudos Andrade (*apud* Szmrecsányi, 2002 p. 101-102) mostram que a cana-de-açúcar era cultivada em terras de baixas de massapé e nas encostas de "barro vermelho", ao passo que os solos siliciosos eram utilizados para a plantação de tubérculos e de fruteiras. Daí o desenvolvimento do chamado "sistema Brasil" no qual o senhor de engenho permitia que escravos cultivassem lavouras de mantimentos em áreas marginais aos engenhos, nos dias santos, feriados e domingos, a fim de que contribuíssem para seu próprio sustento.

Digitized by Google

4.3.2 O elemento forro: a posse de escravos

A carta de alforria era um dispositivo legal que concedia a liberdade ao escravo, seja solenemente ou não, direta ou indiretamente, através de ato particular ou na presença de um notário, geralmente estabelecido em documento escrito. Antes de tudo, na sociedade colonial, o escravo era uma mercadoria; assim, cabiam ao seu proprietário todos os direitos de posse sobre este "bem". Outro aspecto importante nessa relação senhor/escravo era o fato do escravo depender da "disposição" do seu senhor em querer vendê-lo.

Havia alguns casos que o escravo não podia ser vendido, como exemplo, o escravo hipotecado, isto é, como era um bem, podia ser empenhado para saldar dívidas. Neste caso, mesmo se tivesse o dinheiro da alforria não poderia obter sua liberdade. Além da hipoteca, o escravo podia ser alugado, emprestado, alienado, doado, vendido e até mesmo ser dado em usufruto (Mattoso, 2003, p.181).

A concessão da alforria ao escravo, sob o aspecto econômico, era um bom negócio para o senhor porque podia substituir um escravo já envelhecido e desgastado por um escravo moço e não debilitado pelo trabalho. Mattoso (2003, p. 183-184) diz que:

> O preço de compra possibilita, assim, ao senhor uma verdadeira mais-valia, um lucro suplementar sobre o capital investido no escravo. No caso muito frequente em que o pagamento da alforria precede de 6, 7 e 8 anos a outorga efetiva da liberdade, o lucro é ainda maior. Ora, muitos escravos compram sua alforria a prazo, isto é, pelo sistema de pagamento parcelado.

Nestas condições em que se dava a alforria, para o senhor era sempre compensador livrar-se de uma mão de obra que se tornou um peso. O preço da alforria de um escravo era compatível com o preço de mercado, isto é, o valor obtido com a alforria de um escravo permitia ao senhor substituir por outro mais jovem e menos desgastado. Assim, ganhava pelo uso da força de trabalho do escravo envelhecido e também do escravo mais jovem; auferindo deste modo lucros com a alforria.

Os escravos que obtinham a alforria lançavam-se à produção de algum bem ou produto para negociá-los no comércio local, ou estabeleciam um acordo com seu antigo senhor para ficar sob sua proteção, cultivando um pequeno pedaço de terra (sistema de arrendamento) para sua própria subsistência.

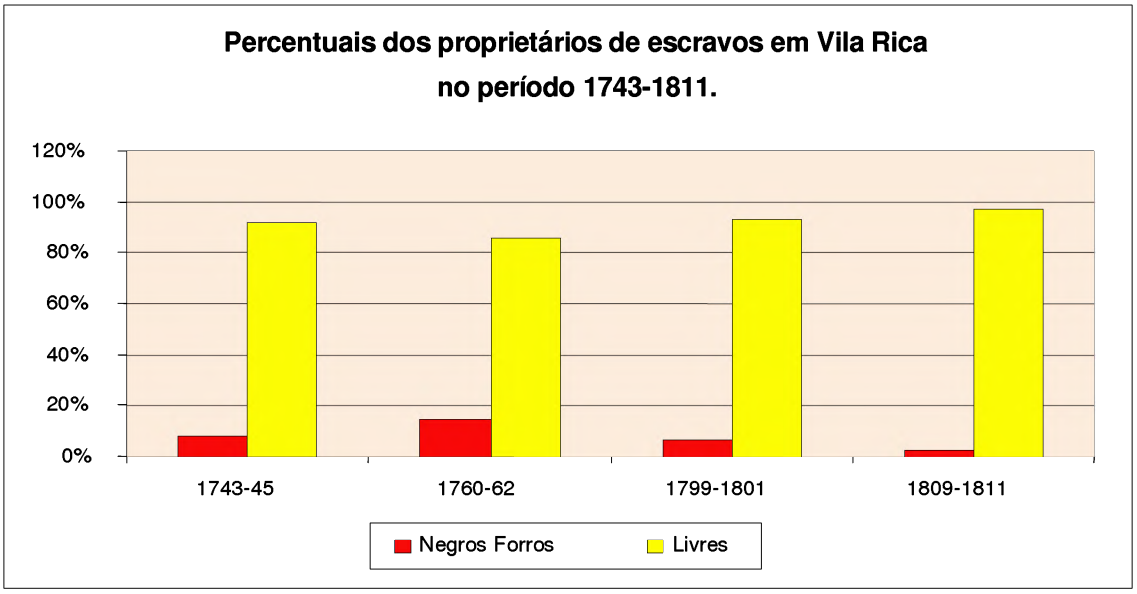
Digitized by Google

Na região das Minas, os forros conseguiram obter uma maior mobilidade na sociedade. Há registros que mostram que alguns forros se lançaram à faiscação do ouro, conseguindo até se tornar proprietários de escravos.

Com base em pesquisas empíricas realizadas na região de Vila Rica, Minas Gerais, tomando como fontes primárias – assentos de óbitos, registros paroquiais e registros de capitação de escravos — alguns autores, como Luna e Costa (1980) lançaram luzes sobre a dinâmica da economia colonial mineira, resgatando o papel do negro na economia mineira do século XVIII e início do século XIX. Ao contrário do que se pensa, o negro não foi apenas escravo, em certos momentos teve até papel de destaque na colônia, principalmente na região das minas.

Merece destaque, desde logo, a presença altamente significativa dos forros no conjunto dos detentores de escravo. Nos estudos realizados sobre a posse de escravos na região mineira de Vila Rica, tomando por base os períodos 1743-45, 1760-62, 1799-1801 e 1809-1811, verificou-se a participação dos forros do total de proprietários, conforme as cifras a seguir: 8%, 14,6%, 6,9% e 3,0% do total de proprietários. Tais números revelam que o negro teve participação relevante na economia mineira, apesar da decadência em que essa região passou a partir do final do século XVIII (Luna; Costa, 1980, p.03).

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria a partir de Luna e Costa (1980, p.03).

Através do gráfico, percebe-se que o número de proprietários forros foi maior durante a década de 1760, período de maior apogeu da economia mineira. Isso, certamente, pela

Digitized by Google

facilidade de formar um pecúlio, que além de permitir comprar sua própria liberdade, também possibilitava investir em negócios que pudessem auferir lucros no comércio interno da colônia. Ainda, neste período, os dados permitem analisar as variações ocorridas no decurso do tempo, ao passo que se observa um declínio do peso relativo do elemento forro no conjunto de senhores de cativos; fenômeno condicionado, provavelmente, pela própria decadência da atividade exploratória na referida região.

Tabela 1
Percentuais de proprietários, segundo o sexo, considerado o total de senhores forros.

Proprietários	**1743-45**	**1760-62**	**1799-1801**	**1809-11**
Homens	41,18	43,48	18,18	33,33
Mulheres	58,82	56,52	81,82	66,67

Fonte: Luna e Costa (1980).

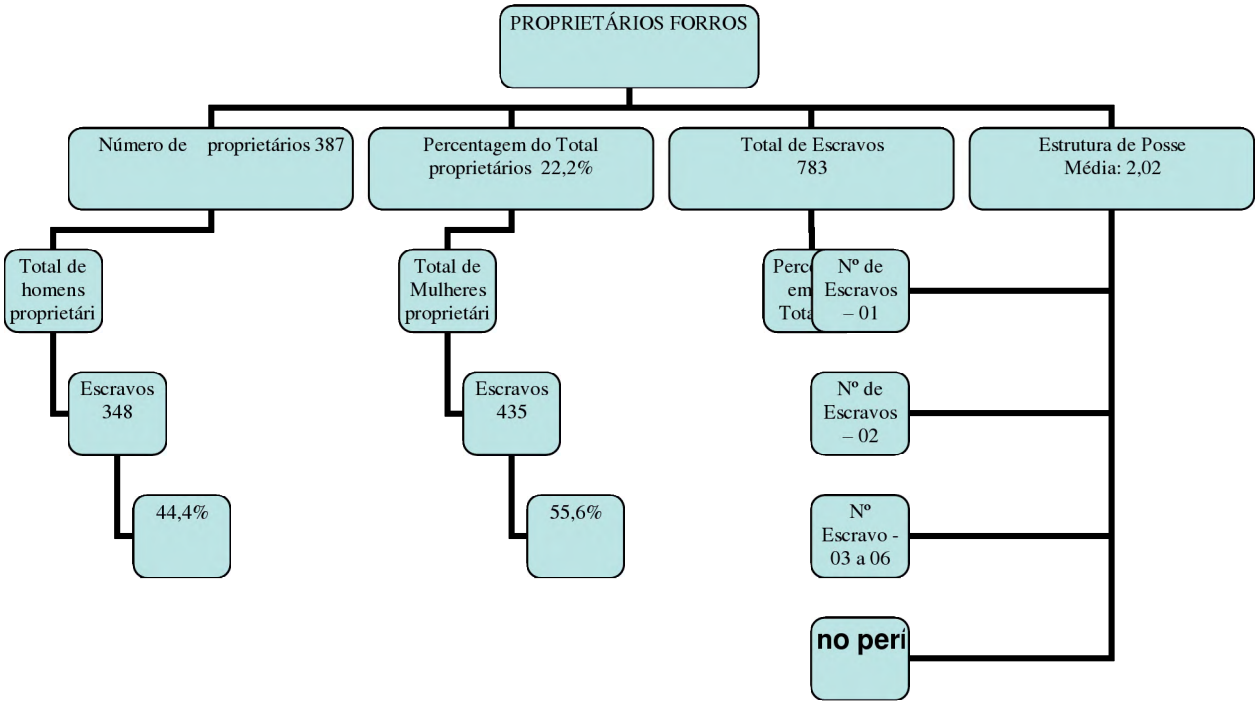
Pode-se verificar, conforme a tabela 1, que as mulheres predominavam entre os proprietários forros. De acordo com Mattoso (2003, p.185) as mulheres obtinham a alforria mais facilmente que os homens, apesar da proporção na população escrava ser de 2 homens para 1 mulher. Neste caso, "as cartas de alforria são, pois, concedidas muito mais facilmente às mulheres que, de ordinário, vivem na intimidade do senhor ou exercem o ofício de vendedoras ambulantes". Além do mais, custa menos substituir uma escrava, e, também elas envelhecem mais rápido que os homens. Assim, pois, os senhores alforriam mais facilmente as mulheres, crianças e idosos, daí, provavelmente, a explicação para um número superior de proprietários forros do sexo feminino na urbe estudada.

Em estudo realizado sobre a estrutura de posse de escravos na Comarca de Serro do Frio referente ao ano de 1783, constatou-se uma expressiva participação dos forros no conjunto de proprietários de escravos.

Quanto à estrutura de posse, os forros detinham 783 cativos, sendo 9,9% da escravaria da Comarca de Serro do Frio. O quadro 5 mostra que a maioria dos proprietários forros possuía entre um e dois escravos. Apenas 3,7% possuíam acima de 7 peças da escravaria. Ainda nesta localidade, a mulher forra alcança o maior número de escravos, com 55,6% do total da escravaria pertencente aos forros.

Digitized by Google

Quadro 5 - Relações concernentes à Comarca do Serro do Frio (1738) – Estrutura de



Posse de Escravos

Fonte: Elaboração própria a partir de Luna e Costa (1980).

Em relação ao negro, a posse de escravos revela a absorção da ideologia dominante, contudo, não deixa de revelar as evidências de liberdade ou evolução econômica do negro na colônia.

4.3.3 O negro nos negócios: conquista da liberdade

No capítulo sobre o "excedente do cativo", foram expostas as condições em que o negro adquiria seu excedente e em seguida como negociava e para onde era destinado o produto de sua roça. Cabe aqui, neste tópico, salientar que o senhor de engenho, às vezes, arrendava ou "doava" um pedaço de terra ao escravo liberto para que este pudesse cultivar produtos de subsistência e assim vender seu excedente na feira da cidade. Outros "escravos agrícolas", mais privilegiados, tiveram a oportunidade de serem encarregados da comercialização dos produtos que cultivavam nas roças. Colhiam seus produtos e os vendiam diretamente na cidade, o que para muitos brancos era constrangedor (Mattoso, 2003, 169).

Digitized by Google

A presença dos pequenos produtores no abastecimento do comércio interno se fazia relevante, pois em "algumas áreas, grosso modo, cerca de 30 a 40% da produção total de gêneros alimentícios via-se dirigida aos mercados locais" (Costa, 1995, p.12). Nessa mesma perspectiva, parece relevante a produção efetuada nas próprias terras dos grandes proprietários, seja realizada por eles, ou mesmo pelos cativos que recebiam lotes de terra para este fim. Desse modo, o produto desta atividade propiciou a integração dos escravos aos circuitos comerciais, que segundo o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior era subsidiária.

A respeito da produção pecuária, Prado Júnior (2006) considera que mais de um milhão de quilômetros quadrados eram destinados a esta atividade econômica na colônia. A pecuária era mais intensa em três grandes zonas: os sertões do Nordeste, a parte meridional de Minas Gerais e finalmente as planícies do Sul, incluindo os campos gerais (Paraná), mas, sobretudo o extremo-Sul, o Rio Grande. A produção de carne dessas regiões abastecia a colônia. No tocante à mão de obra, o autor de História Econômica do Brasil afirma:

> Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário. Mão de obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos a princípio ao trabalho, têm uma inclinação especial para a vida aventuresca e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda (Prado Júnior, 2006, p.191).

Essa interpretação de mão de obra livre na pecuária colonial foi contestada por estudos recentes que atribui ao negro, na condição de escravo, a participação dominante na vida econômica do Sertão. Conforme Silva, coube (*apud* Szmrecsányi, 2002, p.136):

> A Luiz Mott a contribuição mais efetiva neste campo. Foi ele, através do uso sistemático de arquivos portugueses e brasileiros, que comprovou, contra toda a historiografia tradicional, a participação dominante da escravidão na vida econômica do Sertão bem como os traços fundamentais do cotidiano sertanejo. Até então, defendia-se a dominância do trabalho livre com características aventurosas que atrairiam a mão de obra indígena para a pecuária (*apud* Szmrecsányi, 2002, p.136).

Por meio de um estudo publicado em 1979, a respeito da demografia das fazendas do Piauí, Luís Mott lançou por terra a visão historiográfica de que nas fazendas de gado do nordeste predominava o trabalho livre.

Digitized by Google

Tabela 2

Composição da população do Piauí por etnia e cor – 1697-1772

	1697	%	1772	%
Brancos	155	35,3	3205	16,7
Índios	59	13,5	1131	5,9
Negros	210	48	6343	33
Mamelucos	-	-	1354	7
Mulatos	4	0,9	4050	21,1
Mestiços	10	2,3	3108	16,3
Total	438	100	19191	100

Fonte: (Silva *apud* Szmrecsányi, 2002, p.137)

Vê-se que, conforme a tabela acima, o peso da população negra no século XVII já era predominante, considerando o universo de negros e mulatos. No século seguinte essa dominância se acentua em termos absolutos, uma vez somados à população de negros a dos mulatos, alcançando 55% do total de trabalhadores na atividade pecuária.

Partindo dessa situação, percebe-se que o negro teve papel relevante também na atividade pecuária, acentuando ainda mais a dependência da economia colonial de suas "mãos e pés". Outro aspecto importante e essencial na avaliação da participação do negro nos negócios coloniais, no tocante à atividade pecuária, refere-se ao excedente do escravo nas fazendas de gado.

O sistema de pagamento nas fazendas funcionava com a própria *res*, isto é, o fazendeiro remunerava o vaqueiro através da partilha ou sortes, o chamado sistema de quarta (embora houvesse também o quinto). Esse sistema de pagamento funcionava como um arrendamento em que o dono do gado entregava uma quantidade certa ao vaqueiro, o qual deveria devolver o mesmo número de rês. O excedente era dividido entre os dois, cabendo ao vaqueiro um quarto do excedente. Este chegava a formar um pecúlio que o permitia arrendar ou até comprar uma situação e criar seu próprio gado.

O vaqueiro trabalhava, na maioria das vezes, com escravo. Este exercia inclusive funções especializadas como de "passador", geralmente exercida por trabalhadores livres e especializados. Em fins do século XVIII, havia um número expressivo de escravos que criava cavalos: "estes animais, caros e nobres, comprovam uma fantástica capacidade de prover-se de um fundo ou pecúlio" (Silva *apud* Szmrecsányi, 2002, p.140). Neste período, um bom cavalo ou animal de sela valia, na Bahia, cerca de 30$000 réis, enquanto uma rês valia 5$000.

Digitized by Google

De acordo com Silva (*apud* Szmrecsányi, 2002, p.140) um ponto original e não destacado pela historiografia tradicional:

> Refere-se às possibilidades dadas aos escravos de terem seus próprios animais. (...) vemos que os fazendeiros e sesmeiros não exerciam qualquer controle sobre a criação *miúda*: galinhas ou cabras podiam ser criadas e comercializadas livremente. Contar ou pedir contas de criação repugnava um vaqueiro ou criador, por envolver-se com *sobejos* de escravos, criança ou mulher (Silva *apud* Szmrecsányi, 2002, p.140).

Há registros que mostram que os escravos davam seus animais para serem criados por outros criadores. Alguns formavam pecúlio e compravam sua própria liberdade, considerando que na empresa sertaneja, observou-se a presença do elemento forro[14], embora em menor número.

Assim, a circulação de recursos (animais, dinheiro e *sortes*) permitia que os escravos e forros tivessem rendimento próprio, reconhecido e respeitado pelo senhor, "infinitamente superior aos rendimentos alcançados por seus congêneres no plantio de alimentos e criação de aves de terreiro" (Silva *apud* Szmrecsányi, 2002, p.141).

Desse modo, na empresa sertaneja, a autonomia do escravo se expressa na posse, criação e comercialização de animais nobres e caros, ao passo que na *plantation* o escravo não tinha acesso à cultura nobre do açúcar, restringindo sua atuação apenas na produção de alimentos, a qual propiciava rendimentos bem menores. Logo, verifica-se que na empresa sertaneja, a hierarquia no mundo do trabalho era menos rígida, mais flexível que nas lavouras do engenho açucareiro.

Sob forte pressão no engenho açucareiro, tanto do ponto vista do esforço físico, quanto da rotineira violência dos senhores, muitos escravos fugiam para locais distantes, os chamados quilombos, e formavam verdadeiras sociedades autônomas.

Entre as sociedades quilombolas que se apresentaram ao longo da história colonial, a mais importante foi a República dos Palmares. Situada em uma das regiões mais férteis da capitania de Pernambuco, região atualmente pertencente ao Estado de Alagoas.

Na economia de Palmares os mecanismos de produção eram diversos e chocavam-se com os da economia escravista. Conforme Moura:

> No sistema produtivo de Palmares há uma dinâmica constante, começando com uma fase recoletora (...) caça e pesca fundamentalmente. São recolhidos pelos palmarinos, além de frutas, vegetais medicinais, óleo de palmeira, frutos como jaca,

[14] No trabalho de Luis Mott (1979) *apud* Silva, mostra que o número de negros livres nas fazendas do Piauí era de 2% da população.

Digitized by Google

> manga, laranja, fruta-pão, coco, abacate, laranja-cravo, cajá, jenipapo e outras, nativas, que serviam para sua alimentação. Além disso, a caça era facilitada pela abundância de animais na região (1993, p.48).

Em relação ao uso da terra para produção agrícola, os quilombolas implementaram um sistema produtivo que foi o oposto da *plantation* escravista. "Adotam a forma do uso útil de pequenos tratos, roçados, base econômica da família livre; que o excedente da produção era dado ao estado, como contribuição da riqueza social e defesa do sistema" (Ramos *apud* Moura, 1993, p.49). Nessa sociedade não havia explorados nem exploradores. Era uma economia baseada na solidariedade e no trabalho familiar e cooperativo. Outro traço importante da sociedade palmarina era a fiscalização exercida pelo estado para garantir a distribuição igualitária da produção.

Além do setor recoletor, havia também o setor artesanal que cuidava da produção de cestos, pilões, tecidos grossos, potes de argila e vasilhas de modo em geral. De acordo com Moura (1993, p.50), era provavelmente esse "que produzia grande parte do material bélico usado: facas, arcos, flechas, lanças e instrumentos venatórios, como armadilhas".

Com o crescimento progressivo da população, Palmares teve que desenvolver técnicas de plantio e, assim, substituiu a economia simples pela "agricultura intensiva e diversificada", de modo que os setores recoletor e artesanal ficaram apenas na condição de complementares. A partir de então, "Palmares passou a ter uma economia fundamentalmente agrícola, criando excedentes para redistribuição *interna* e *externa* da República" (Moura, 1993, p.50).

A base desse trabalho agrícola era a policultura. Plantavam principalmente milho (duas vezes por ano) e ainda, feijão, mandioca, batata-doce, banana e cana-de-açúcar. Isto constituía a produção agrícola da República de Palmares, sendo que o excedente era distribuído entre os membros da comunidade para as épocas de festas ou de lazer, além da parte que era armazenada em paióis para a guerra, ou "trocados com os pequenos produtores vizinhos, por artigos de que a comunidade necessitava, mas não produzia (...)" (Moura, 1993, p.51).

Conforme Mattoso (2003, p.160) alguns palmarinos exerciam os ofícios de pedreiros, carpinteiros, caldeireiros, tecelões, poteiros, além da participação na atividade agrícola. A respeito dos excedentes produzidos na República, acrescenta: "sabe-se que Palmares mantém relações comerciais com os holandeses e até mesmo com os portugueses". Essa relação comercial de Palmares com o "meio externo" mostra a capacidade de organização do negro, frente ao desafio de resistir à ameaça do inimigo, prover recursos para sua própria

Digitized by Google

sobrevivência, além de estabelecer relações comerciais que lhe permitiam negociar o excedente em proveito da coletividade instalada nos domínios da República.

Além de Palmares, surgiram outros quilombos que também estabeleceram relações comerciais com suas vizinhanças. É o caso de Trombetas, o Mocambo do Pará (1821). Nesta região, os escravos associados aos índios cultivavam mandioca, cacau, salsaparrilha e um fumo de excelente qualidade. Tais produtos eram amplamente negociados na cidade de Óbidos, onde os quilombolas eram vistos com frequência (Mattoso, 2003, p.161).

A tensão gerada pelos quilombos na sociedade colonial certamente abalou a estrutura da sociedade colonial. Posto que os negros mostraram-se capazes de se organizar coletivamente e implantar uma estrutura política e social, capaz de estabelecer uma economia de subsistência, aliada ao usufruto da posse da terra.

Preocupada com a possibilidade da posse da terra cair nas mãos de imigrantes e/ou principalmente possíveis ex-escravos, a classe dominante, anos mais tarde, em 1850, firma a nova Lei de Terras. Essa nova lei, conforme Brum (1999, p.158), determina que "a partir de então, as terras públicas não mais seriam doadas. Quem pretendesse ser proprietário, precisava comprar terra". Evidentemente não cabe, neste trabalho, discutir o contexto histórico desse evento, uma vez que o período de análise está restrito à economia colonial. Porém, neste caso, sabe-se que a nova lei de Terras, publicada em 1850, teve origem no período colonial.

Brum (1999, p.158) diz que essa lei teve o objetivo de "retardar aos imigrantes, geralmente pobres, o acesso à terra" bem como "trouxe também outra consequência nefasta: impediu na prática que os pobres em geral e ex-escravos [*quando da abolição*] se tornassem proprietários de terra".

Neste caso, a observação de Brum sobre os reais interesses que motivaram a nova lei de terras é muito pertinente ao contexto da economia colonial, sobretudo porque a elite da colônia sempre buscou sobrepor seus interesses aos dos demais habitantes do país. Se à elite colonial cabia o domínio do poder, aos negros, ou melhor, aos escravos cabia o "privilégio" de trabalhar.

Verifica-se que na sociedade colonial a vida urbana era baseada no trabalho escravo. As construções de ruas, praças, residências, mercados e igrejas eram dirigidas por livres, porém realizadas por cativos. Multidões de cativos trabalhavam nas casas dos ricos nas mais diversas funções – porteiros, cocheiros, cozinheiras, copeiros entre outros.

Por outro lado, havia aqueles escravos que gozavam de certa autonomia na cidade para trabalhar - os chamados escravos de ganho. Maestri (1994, p.65) revela que os escravos de

Digitized by Google

ganho "eram cativos, empregados nas mais diversas atividades, aos quais os proprietários facilitavam uma relativa liberdade de ação, em troca da entrega de uma renda fixa diária, semanal ou mensal – o ganho". Assim, aqueles escravos que conseguissem obter um valor além do estabelecido, poderiam dispor do restante para prover sua própria manutenção e, consequentemente, formar um pecúlio.

Os negros exerciam funções variadas na urbe. Logo pela manhã, muitos se juntavam em locais habituais, esperando ser contratados seus serviços. Trabalhavam nos portos, embarcando e desembarcando mercadorias. Muitos percorriam a cidade vendendo em vasilhames e cestos - água, leite, pão, café, galinha, milho, cebola, lenha etc. Outros já tinham ofício especializado, como os barbeiros que, munidos de navalhas e tesouras, cortavam cabelos e barbas de outros escravos, além de livres e pobres (Maestri, 1994, p.65).

Era comum nos mercados das cidades a presença de negros vendedores ambulantes. Trabalhavam em barracas vendendo frutas, verduras, aves, ervas e realizavam pequenas operações cirúrgicas. De acordo com Maestri (1994) "senhoras enfeitavam as mais lindas cativas e obrigavam-nas a vender, como 'ganhadoras' o corpo". Algumas escravas armavam pequenas cozinhas nas ruas e praças e serviam refeições econômicas.

Em um estudo realizado sobre a cidade mineira de Vila Rica, baseado no censo de 1804, constatou-se que os habitantes da cidade somavam 8.867. Predominavam, numericamente, os livres e forros (68,61%), enquanto os escravos e quartados (cativos que estavam a comprar sua liberdade) representavam pouco menos de um terço da população total (31,39%). Os agregados correspondiam a 16,14% dos livres (Luna; Costa, 1982).

A tabela 3 mostra que a participação do setor secundário na urbe mineira foi significativa, contalibilizando um total de 914 pessoas alocadas neste setor. O dado marcante neste setor corresponde ao número de escravos na função de carpinteiros (8 elementos), pedreiros (7 elementos) e sapateiros (sendo 22 elementos); funções consideradas especializadas e que, portanto, possibilitaram um rendimento diferenciado para alguns negros no mercado local.

Já no setor terciário, destaca-se a presença marcante das mulheres quitandeiras, tanto as escravas (15 elementos) quanto as não escravas - algumas certamente forras (23 elementos). Entre os negociantes em geral, incluem-se neste grupo muitos forros que, após comprarem sua liberdade, se lançaram no comércio local, conforme já foi discutido neste estudo.

Digitized by Google

Tabela 3
Repartição dos habitantes por setores produtivos e situação social (Vila Rica – 1804)

Setores	Livres	Escravos	Total
I- Setor Primário			
Lenheiros	7	34	41
Roceiros, Lavradores	77	1	78
Caçador	1	-	1
Outros			
Total	85	36	120
II-Setor Secundário			
Alfaiates e aprendizes	106	7	113
Carpinteiros	61	8	69
Faiscadores	148	21	169
Pedreiros e Serventes	24	7	31
Ferreiros e aprendizes	42	6	48
Sapateiros e aprendizes	123	22	145
Outros	320	19	339
Total	824	90	914
III-Setor Terciário			
Quintandeiros	23	15	38
Cozinheiros	2	17	19
Negociantes em Geral	105	-	105
Fazenda Molhados	14	-	14
Serviços gerais	105	14	119
Outros	376	-	376
Total	625	46	671
Total Geral	1534	171	1705

Fonte: elaboração própria a partir de: Costa e Luna (1982).

Desse modo, observa-se que houve na vida urbana mineira uma importante diversificação das atividades produtivas, marcante presença do estado para cobrar impostos, maior flexibilidade social e uma economia mais fortemente integrada em termos de mercado interno. Nesse cenário, o negro desenvolveu as mais variadas atividades, as quais possibilitaram, para alguns, ascensão social.

Digitized by Google

5 CONCLUSÃO

A participação do negro nos circuitos do comércio interno colonial mostra que a visão econômica agroexportadora não conseguiu explicar de forma satisfatória o sistema colonial, existindo lacunas que estudos posteriores indicariam a necessidade de revisão, sobretudo no que diz respeito à relevância do mercado doméstico.

A tentativa de Furtado (1995) e Prado Júnior (2006) (ambos da visão agroexportadora) de apresentar o negro simplesmente como mão de obra escrava a serviço do capital comercial metropolitano, deixa implícito que o escravo não passou de uma "máquina" ou ativo fixo no processo de produção da indústria açucareira. Por outro lado, estudos recentes apresentam a atuação do negro sob um ponto de vista diferente, conforme foi discutido neste trabalho. A análise procura mostrar que a atuação do negro na colônia, sobretudo no comércio interno, foi relevante, seja na produção do excedente em suas roças e principalmente na prestação de serviços como vendedores, serviços domésticos, pequenos comerciantes, faiscadores, donos de minas, escravos de ganho entre outras atividades econômicas.

Mesmo na grande lavoura de exportação ou no trabalho nas minas, o negro consegue se sobressair, na medida em que sua participação nesses empreendimentos gera um excedente, que na concepção de pesquisadores como Costa e Pires (1995), por exemplo, representa a mais-valia do escravo; e que, portanto, permite no âmbito das atividades voltadas para o mercado externo, acumular capital por meio da mais-valia retirada do escravo tanto da *plantation* quanto das minas.

Através da mais-valia da colônia a metrópole pôde fazer acumulação de capital, o que paralelamente impulsionou o desenvolvimento econômico dos países metropolitanos, especialmente a Inglaterra.

A atuação do negro nos negócios coloniais permitiu sua emancipação no que se refere à condição de mercadoria, isto é, escravo. Evidentemente que o preconceito o acompanhou durante o período colonial, mas isso não o impediu de ascender socialmente. Ao longo do trabalho verificou-se que a participação do negro nos pequenos negócios lhe permitiu tanto prover sua manutenção, quanto formar um pecúlio que posteriormente substancializou-se em liberdade. Não obstante, alguns conseguiram até acumular capital e chegaram ao ponto de se tornarem senhores proprietários de escravos.

Digitized by Google

Os registros a respeito da economia colonial são restritos, especialmente sobre o papel do negro neste período. O que se tem, na maioria das vezes, são relatos de viajantes europeus que por aqui passaram. As estatísticas da vida econômica colonial são limitadas, o que dificulta a análise sob ponto de vista quantitativo. Todavia, este trabalho procurou apresentar o negro na economia colonial sob duas visões distintas – visão agroexportadora e visão marxista contemporânea -, destacando a relevância dos estudos contemporâneos para a análise e discussão mais profunda do papel do negro neste período.

Em última análise, a participação do negro foi essencial para a transformação da economia brasileira, desde a infra-estrutura até o aporte de capitais para o financiamento de outras atividades econômicas no país. As "mãos e os pés" dos negros foram fundamentais para que o capital se reproduzisse na esfera colonial de modo a permitir acumulação de capital interna e externamente, o que possibilitou posteriormente a ampliação da capacidade instalada da economia brasileira.

Digitized by Google

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BENAKOUCHE, Rabah. **Acumulação mundial e dependência**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Ijuí: Unijuí, 1999.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: **o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

COSTA, Iracy Del Nero. **Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr.** São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1995, (Cadernos NEHD, n. 03). Disponível em: <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____; MOTTA, J. F. **A formação econômica e social do Brasil sob nova ótica**. Informações FIPE. São Paulo, FIPE, n. 183, p. 18-22, 1995. Disponível em: <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____; LUNA, F. V. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. IN: COSTA, Iracy del Nero & LUNA, F. V. **Minas Colonial**: **economia e sociedade**. São Paulo, Pioneira, 1982, p. 57-77 (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA). Disponível em: <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____; PIRES, J. M. **O capital escravista-mercantil**. São Paulo, NEHD-FEA/USP, 1995, 14 p. (Cadernos NEHD, n.1). Disponível em: <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____; LUNA, F. V. **Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica -1804).** Revista Estudos Econômicos. São Paulo, IPE-USP, 1978, Disponível em: <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____; PIRES, J. M. **Causas imediatas da superação do capital escravista-mercantil**. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA da Universidade Cândido Mendes, (33):183-198, set. 1998. Disponível em: <http://members.tripod.com/~Historia_Demograficafica/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____; LUNA, F. V. **Algunas características do contingente de cativo de Minas Gerais**. Anais do Museu Paulista. São Paulo: Usp (29): 79-97, 1979. Disponível em: <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2008.

DOWBOR, Ladislau. **O que é capital**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas.** São Paulo: Atlas, 2001.

FERLINI, Vera Lúcia A. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila C. **A economia colonial brasileira** (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual, 1998.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1973.

Digitized by Google

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GREMAUD, Amaury P; SAES, Flávio A. M; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HUNT, E. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iracy del Nero. **A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravo**. Ciência e Cultura, São Paulo, SBPC, 1980.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1994.

MARX, KARL H. **O Capital**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

MATTOSO, Kátia M. Q. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOURA, Clovis. **Quilombos**: **resistência ao escravismo.** São Paulo: Ática, 1993.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial** (1777-1808). 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
_____. **O que é mais-valia.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 6. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SEREZA, Haroldo C. **Família e Senzala** (Entrevista com Robert Slenes). Jornal Folha de São Paulo. Data 12/02/2000. Disponível em: <http/:www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0005.pdf> Acesso em 19 mai. 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org). **História econômica do período colonial.** 2. ed.São Paulo: Hucitec, 2002.

Digitized by Google